



2024

CENSO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA – PARAÍBA

RELATÓRIO

COMUNIDADE QUILOMBOLA
CANTINHO DE SÃO JOÃO
BATISTA





UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura

RELATÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÍTIO CANTINHO DE SÃO JOÃO BATISTA

**CENSO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA-PARAÍBA**

2024



Coordenadores

Wallace Gomes Ferreira de Souza
Rosana de Medeiros Silva

Equipe

Beatriz da Silva Alves
Gleicilene da Silva Siqueira
José Mayck Mendes Ramos
Josiel Ventura Alves
Maria Hualas de Farias Silva
Maria Letícia Lima da Silva
Maria Rozangela Correia
Maria Vitória dos Santos Leite
Marília Vitória Lins Amaral
Valcir Neves de Sousa
Vinícios Matheus dos Santos Farias

**CENSO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA-PARAÍBA**

2024

Sumário



1	APRESENTAÇÃO.....	05
1.1	QUESTÕES PRELIMINARES SOBRE A CATEGORIA QUILOMBO	07
1.2	TRAJETÓRIA DA PESQUISA	09
1.3	METODOLOGIA COMO CAMINHO	15
2	CANTINHO DE SÃO JOÃO BATISTA.....	17
2.1	TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE	18
2.1.1	Introdução ao contexto de acesso à terra no Brasil	21
2.1.2	Breve histórico da Comunidade Cantinho de São João Batista	22
2.2.3	Terra e Território no Quilombo Cantinho	24
2.2	PARENTESCO: PERFIL UNIFAMILIAR	24
2.3	TRABALHO E RENDA	36
2.4	SAÚDE	41
2.5	MORADIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	44
2.6	ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA	49
2.7	EDUCAÇÃO	59
2.7.1	Condições de acesso à educação	59
2.7.2	Escolarização e as perspectivas do futuro	62
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
4	MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS.....	68
5	REFERÊNCIAS.....	72

1 APRESENTAÇÃO

A contemporaneidade coloca em cena a emergência de variados grupos sociais que reivindicam seu lugar de sujeitos de direito, portanto, aflora um fenômeno social a ser problematizado pelas Ciências Sociais, enquanto, a presença da diversidade ou pluralidade cultural e conseqüentemente suas demandas específicas nos mais diversos campos da experiência social torna-se um objeto atraente ao campo do saber em destaque. As conquistas políticas dos grupos rotulados como minorias, que representam a emergência de novos sujeitos sociais, vêm ganhando a cena acadêmica das Ciências Sociais nestes últimos 40 anos, evidenciando a inquietação destas ciências com o novo. Afinal, lembra Otávio Velho (1995), elas nasceram exatamente sob o signo do novo, da Modernidade. Esta inquietação faz-se presente em temas como multiculturalismo, relações interétnicas, racismos bem como, nos debates acerca dos direitos fundamentais dos grupos étnicos, a exemplo das demandas territoriais, educacionais e particularmente o cuidado integral a saúde e a segurança alimentar dos povos indígenas e quilombolas.

É a partir desse prisma, qual seja, a emergência de novos sujeitos sociais, que o movimento quilombola aparece impulsionado pela conquista constitucional em 1988, uma vez que, o pressuposto legal indicado no Art. 68-Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) se refere a um conjunto possível de novos sujeitos sociais designados pelo termo remanescente de quilombo, que por sua vez, desdobra-se no questionamento acerca de quem são os chamados remanescentes que possuem seus direitos assegurados pelo dispositivo constitucional. Na definição de quem são os possuidores desses direitos, o dispositivo legal assinala que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente ocupando uma terra que, portanto, deverá ser titulada. Assim, a Antropologia é trazida para o debate acerca da conceituação de quilombo e da identificação dos remanescentes de quilombos, enquanto o aspecto presencial é evocado, ou seja, entra em cena o presente etnográfico e o princípio teórico de conceituação do passado no presente (O'dwyer, 2002). É justamente a condição de conjunto possível de sujeitos sociais organizados, em consonância com sua circunstância atual, que permite à antropologia conceituar

os remanescentes de quilombolas como um grupo étnico que existe ao longo da experiência histórica brasileira, portanto, propondo uma nova abordagem sobre a questão.

A legislação existente no ordenamento jurídico brasileiro assegura os direitos das comunidades quilombolas e os artifícios administrativos para a regularização fundiária e acesso às políticas públicas. Esse ordenamento tem como marco o Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e os artigos n.º 215 e n.º 216, ambos da Constituição Federal de 1988, a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Decreto n.º 4.887/2003, a Instrução Normativa n.º 49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário), as Portarias n.º 127 e n.º 342 de 2008, e a Portaria da Fundação Cultural Palmares n.º 98/2007. Destacamos também que no contexto da América latina, outros países possuem legislações que buscam garantir os direitos territoriais das comunidades negras rurais. A Nicarágua, por exemplo, efetiva os direitos das comunidades negras rurais de seu território por meio da Lei n.º445/2002, voltada ao que nesse país se denominam as comunidades étnicas. Na Colômbia, o direito das comunidades negras consta da Constituição Política de 1991, no Artigo 55. No Equador, por meio do Artigo 83 da Constituição Política de 1998, são assegurados os direitos ao que se denomina “pueblos negros o afroecuatorianos” (SEPPPIR, 2010). Estes instrumentos normativos convidam os contextos sociais nos quais são parte, a pensar um velho problema fruto das suas respectivas histórias coloniais — a concentração de terra e a lógica perversa do latifúndio. Este enfrentamento se realiza, enquanto, criam-se condições políticas e administrativas para que os “novos sujeitos sociais” excluídos pela lógica do latifúndio possam participar e sobreviver com dignidade em seus territórios tradicionalmente ocupados.

Portanto, o levantamento de dados censitários que tornem evidentes as características étnicas, territoriais, ambientais, escolares, alimentares, econômicas, dentre outras das comunidades remanescentes de quilombos, tornam-se um instrumento importante para elaboração de políticas públicas específicas que buscam dar contas das necessidades dessas comunidades negras.

1.1 QUESTÕES PRELIMINARES SOBRE A CATEGORIA QUILOMBO

O termo quilombo possui raízes coloniais (Almeida, 2008) o que muitas vezes não representa a totalidade fundiária das comunidades designadas como quilombolas no Brasil. É necessário um amplo processo de revisão e descolonização da noção de quilombo, uma vez que essa realidade fundiária não são unívocas; há de se considerar, como lembra a analista pericial em antropologia da Procuradoria da República, Miriam de Fátima Chagas: “seria inconcebível, do ponto de vista da criatividade social, supor que os diferentes grupos tenham oferecido uma única resposta, um único modelo de resistência frente à sociedade escravizada”(Brasil, 2018).

Assim, o esforço de fugirmos do modelo estereotipado de quilombo é justamente para não incorremos no campo escorregadio de pensarmos que todos os quilombos brasileiros tiveram as mesmas configurações que o quilombo de Palmares, pois em grande medida acabamos traduzindo estas comunidades a partir de enquadramentos que pouco ou nada correspondem às suas realidades sociais e territorial (Arruti, 2006). Desta forma, a condição de quilombolas é restabelecida enquanto vínculo sociocultural e histórico com um tipo e qualidade de organização social, mas do que um estrito traço datado de ligações lineares com o passado escravizado (Almeida, 2008) onde a dimensão da conquista do território representa a possibilidade de efetivação de um projeto de liberdade, retirado desses sujeitos por um processo de exclusão social na qual as terras brasileiras foram desigualmente ocupadas, realidade na qual Cantinho de São João Batista está inserida.

Sobre esses contextos fundiários Anjos (2009) destaca sete realidades de ocupação do território das comunidades na paisagem social brasileira: 1) ocupação de fazendas falidas e/ou abandonadas; 2) compra de propriedades por escravizados alforriados; 3) doações de terras para ex-escravizados por proprietário de fazendas; 4) pagamento por prestações de serviços em guerras oficiais; 5) terrenos de ordens religiosas deixadas para ex-escravizados; 6) ocupações de terras no litoral sob controle da Marinha do Brasil; 7) extensão de terrenos da União não devidamente cadastrados. A partir dessa caracterização fundiária, Anjos (2009) apresenta uma tipologia espacial das comunidades quilombolas, que segundo o autor são recorrentes em todo território nacional.

O curioso é que o termo “quilombo” ganhou o sentido de comunidade autônoma de escravizados fugitivos aqui no Brasil, através da administração colonial portuguesa. É esta compreensão que trazemos em nosso imaginário. No entanto, se partirmos para uma análise etimológica, a palavra “Quilombo” tem origem nos termos “kilombo” (Quimbundo) ou “ochilombo” (Umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitam a região de Angola, na África Ocidental. Originalmente, o termo designava apenas um lugar de pouso utilizado por populações nômades ou em deslocamento; posteriormente, passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, de escravizados e outros itens. Percebam que o significado de quilombo, em sua origem semântica, se distancia da ideia de local de escravizados fugidos.

Apontamos, com estas considerações, que devemos descolonizar o conceito de quilombo e, portanto, de quilombolas. Esse movimento de descolonização, ou seja, de resignificação, considera a diversificação da realidade fundiária do Brasil. Os chamados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Em uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias destes grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo seria a de terras de pretos, ou território negro, que enfatizam a sua condição de coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um território, de laços de parentesco e uma memória de origem, que funcionam como elementos de sutura e de distinção do grupo (Schmitt, 2002).

Assim, em concordância com o entendimento da antropologia sobre a questão, a condição de remanescente de quilombo é também definida dilatadamente, que enfatiza as identidades dos grupos e o território buscando evidenciar a interação do meio físico com o grupo social. Portanto, indica a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos

sendo utilizado para designar um legado, uma herança cultural, material e uma forma de organização política que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico (Schmitt, 2002), a um grupo cujos membros se reinventam como novos atores sociais, favorecidos pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que garante a titularidade das terras. Portanto, não se deve imaginar que estes grupos camponeses negros tenham resistido em suas terras até hoje porque ficaram isolados, à margem da sociedade. Pelo contrário, sempre se relacionaram intensa e assimetricamente com a sociedade brasileira, resistindo a várias formas de violência para permanecer em seus territórios ou, ao menos, em parte deles. Esta realidade também é encontrada na Paraíba.

1.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Esta pesquisa está vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura (NEPEC), instituído em junho de 2015 e ligada à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACIS) do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) foi estabelecido como parte do Plano de Expansão Institucional da UFCG (PLANEXP), com o intuito de proporcionar acesso igualitário à universidade, contribuindo para as metas do Plano Nacional de Educação, especialmente para ampliar a presença de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior. Suas atividades acadêmicas em Sumé–PB começaram com um seminário integrador em 28 de setembro de 2009.

Além de oferecer a muitos jovens a oportunidade de uma educação superior pública de qualidade, a presença da UFCG no Cariri Paraibano visa estabelecer um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido, abrindo novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para a população local e para aqueles que habitam a região da Caatinga.

O CDSA/UFCG tem o objetivo de fornecer educação superior pública principalmente para a população que vive no semiárido brasileiro — uma região

com baixos índices de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) — e especialmente para as comunidades rurais. O centro desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em duas áreas essenciais, o qual são a educação e as engenharias, para o desenvolvimento sustentável dessas populações.

A estrutura acadêmico-administrativa do CDSA inclui: Unidade Acadêmica de Educação do Campo (UAEDUC) — Curso de Licenciatura em Educação do Campo; Unidade Acadêmica de Gestão Pública (UAGESP) — Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública; Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACIS) — Curso de Licenciatura em Ciências Sociais; Unidade Acadêmica de Tecnologia do Desenvolvimento (UATEC)-Curso de Engenharia de Biosistemas e Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia; Unidade Acadêmica de Engenharia de Biotecnologia (UAEB) — Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos; Unidade Acadêmica de Engenharia de Produção (UAEP) — Engenharia de Produção.

O NEPEC visa congrega interessados em estudos e pesquisas que tenham como principal foco reflexões sobre povos indígenas/originários, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, comunidades ciganas e povos do campo. A criação do NEPEC estabelece um espaço de cunho acadêmico para pesquisas sobre a origem, relações sociais e etnicidade desses povos e comunidades tradicionais, bem como sobre a maneira como esses grupos sociais vivenciam e praticam seus territórios, religiosidades e organização política em busca de seus direitos sociais e epistêmicos.

O NEPEC possui quatro linhas de pesquisa: 1) Cultura, Etnicidade e Identidades; 2) Educação, Ensino e Alfabetização Racial; 3) Estado, Relações de Poder e Movimentos Sociais e 4) Imaginário, Cultura e Povos Tradicionais.

Ao longo de quase 10 anos de atividades acadêmicas, O NEPEC/UFCG marcou o início de suas atividades no Cariri paraibano com pesquisas nas comunidades remanescentes de quilombo Área de Verão, Sussuarana e Vila Teimosa, localizadas no município de Livramento–PB, que eram as únicas comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares na região na época. As pesquisas em Livramento–PB resultaram em duas monografias: **“Antropologia e Direito: realidades fundiárias nas comunidades quilombolas de Livramento–PB”** (Diniz, 2018) e **“Memórias de velhos no**

quilombo de Vila Teimosa” (Silva, 2018). Em 2016, foi iniciado um trabalho de campo nas comunidades Cantinho, Lagoinha e Ligeiro de Baixo, no município de Serra Branca–PB, motivado por relatos orais que mencionam essas comunidades como locais historicamente habitados por pessoas negras. Devido ao projeto de extensão “A botija é nossa”, desenvolvido em Serra Branca, a comunidade Quilombola Sítio Lagoinha foi selecionada inicialmente, resultando na monografia **“Meu barro é de Lagoinha: trajetórias de vida e experiências cotidianas das mulheres quilombolas”** (Silva, 2018). Em 2019, uma ação de extensão/pesquisa foi iniciada na Comunidade Quilombola Cacimba Nova, localizada no município de São João do Tigre.

O núcleo de pesquisa tem realizado atividades de extensão, como o Projeto **“A Botija é nossa: contação de histórias e sociabilidade no Cariri Paraibano”**, inicialmente desenvolvido nas três comunidades quilombolas do município de Livramento–PB (Areias de Verão, Sussuarana e Vila Teimosa). Visando promover espaços de integração entre universidade e comunidade, além de enriquecer o ambiente formativo dos alunos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-CDSA.

Essa atividade de extensão ampliou a compreensão do ambiente formativo e, neste caso específico, contribuiu para valorizar os sujeitos negros quilombolas, destacando o protagonismo social das respectivas comunidades atendidas pelo projeto. A metodologia adotada envolveu a transdisciplinaridade entre Ciências Humanas e Sociais e o campo das linguagens, em especial Literatura, Artes Cênicas e Educação Musical. As atividades priorizam a coleta e registro das histórias que compõem o patrimônio do grupo social (as comunidades remanescentes de quilombo).

Nesse contexto, tanto a contação quanto o registro das histórias orais são abordados como instrumentos metodológicos neste projeto, permitindo a percepção e experiência das dinâmicas de organização desse grupo étnico (regras morais, interdições, estratégias de sobrevivência, experiências espirituais, entre outras), uma vez que essas histórias possuem um caráter pedagógico e formativo.

Este projeto de extensão apresenta um diferencial significativo ao fazer referência à famosa botija, o qual é um tesouro enterrado deixado pelos falecidos

e entregue por eles, em sonhos, aos vivos. Essas histórias fazem parte do rico acervo de contos populares na região onde o projeto foi realizado. A ideia foi manter a expressão sem alterar seu significado e substituir o conteúdo da botija por histórias, que também são preciosidades culturais, refletindo os costumes e crenças do povo local.

Atuando transdisciplinarmente, a extensão ampliou a compreensão do espaço ocupado pelos quilombolas, destacando suas memórias afetivas em relação ao território e contribuindo significativamente para a afirmação da identidade dos negros naquela comunidade. O projeto visava contribuir para a construção e fortalecimento de uma identidade étnica diária para os quilombolas, onde suas lutas históricas pudessem ser compreendidas, respeitadas e valorizadas. O objetivo era ressaltar a importância da percepção de si como um elemento único de sua identidade social, incentivando-os a se verem como membros ativos da sociedade em que vivem.

Além disso, no NEPEC, existe produção de monografias, dissertações artigos apresentados em congressos nacional e internacional, publicações em periódicos, permitindo aos estudantes aprofundar seus conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento de novas perspectivas e abordagens nas áreas de pesquisa. Esses trabalhos desempenham um papel crucial na formação de profissionais mais capacitados e na expansão do conhecimento em diversas áreas do saber. Através da elaboração dessas produções, os estudantes têm a oportunidade de explorar questões relevantes, debater ideias e apresentar suas contribuições únicas para a comunidade acadêmica.

O núcleo de estudos também possui a revista “**Cadernos de Ciências Sociais**”, composta de professores/pesquisadores que o integram, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais-UACiS que está vinculada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-CDSA da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, buscando contribuir com a consolidação dos debates acadêmicos realizados na UFCG, no sentido de criar um espaço para o debate acadêmico, fortalecendo desta forma, o fazer intelectual do seu corpo docente e discente, através do intercâmbio de saberes proporcionado por este ambiente. Os Cadernos de Ciências Sociais pretendem ser uma publicação semestral, voltada a resultados de pesquisas em Ciências Sociais (Antropologia; Sociologia e Ciências Políticas) e suas interfaces com outros campos do saber.

Outra dimensão de atividade, envolve a formação de professores/as na área da educação para as relações étnico-raciais, ofertando o curso “**Educação para as relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos — ERER**” para professores, gestores e técnicos da rede pública de ensino básico da Paraíba e Pernambuco, este, vinculado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura (NEPEC).

O ERER está alinhado com as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como com o Plano Nacional de Implementação dessas diretrizes. Seu objetivo é aprimorar o ensino nas escolas públicas, implementando a educação étnico-racial e promovendo o respeito e a valorização das expressões culturais das pessoas negras, considerando a diversidade cultural local e as relações de gênero. Além disso, o curso respalda as legislações mais abrangentes que surgiram em defesa da população negra, como o Estatuto da Igualdade Racial, que defende, entre outros aspectos, o direito à participação em atividades educacionais que valorizem seus valores socioculturais.

Partindo do princípio de que os conteúdos e abordagens trabalhados pelos professores em sala de aula são relevantes por influenciarem a autoestima dos estudantes e moldam suas percepções, a ausência da história e cultura afro-brasileira e africana no cotidiano escolar perpétua a ideia de que as culturas africanas e, por extensão, dos negros no Brasil, não são relevantes para a compreensão da história da humanidade e do Brasil. Isso resulta em uma baixa autoestima e na negação da identidade histórica dos estudantes negros, assim como na perda dos referenciais culturais e históricos africanos, reforçando uma visão eurocêntrica da história.

Para além das pesquisas de campo desde sua institucionalização, o NEPEC/UFCG realiza no mês de novembro o “**Seminário Novembro Negro no Cariri Paraibano-SNNCP**”, em alusão ao novembro de luta antirracista, bem como ao Dia Nacional da Consciência Negra instituído pela Lei 10.639/03, celebrada em 20 de novembro. Ao longo dos anos SNNCP coloca em pauta a luta antirracista e a importância da história e cultura africana e afro-brasileira para o território do semiárido através das atividades que inspiram a luta, resistência e contribuindo principalmente com abertura do espaço acadêmico para as vozes do povo negro desse espaço-território que historicamente tem sido

os sujeitos silenciados.

Na programação do evento temos: mesas redondas para debater temas relacionados a questões fundamentais a luta antirracista; o ‘Cine Quitéria’ que leva o nome de Dona Quitéria (in memoriam), mulher negra quilombola, matriarca da família da Comunidade Quilombola do Ligeiro de Baixo — Serra Branca–PB, e referência na produção de louça do cariri paraibano. O Cine Quitéria que exibe curtas-metragens, documentários, objetivando romper com as barreiras imposta na indústria cinematográfica, expandindo e refletindo sobre a diversidade de narrativas do povo preto no audiovisual; o Prêmio Acotirene que visa homenagear o povo negro que em suas trajetórias ao longo de suas caminhadas tanto contribuiu para a representação do povo negro; o lançamento de livros, e, para finalizar o SNNCP, é realizada a última atividade nomeada de xirê, em referência ao termo lorubá que significa roda/encontro, realizado com o público presente e tendo caráter festivo, momento de interação, troca de experiências entre as comunidades quilombolas da região do cariri e de outras partes da Paraíba, comunidade acadêmica e demais participantes.

O canal do YouTube¹ conjuntamente com o perfil no Instagram² são estratégias adotadas para divulgar, democratizar e ampliar o alcance dos debates promovidos pelo NEPEC/UFCEG. Na mesma linha de estratégia da produção dos vídeos, o núcleo também fez o lançamento no ano de 2020 do PODCAST “**Um Sorriso Negro**”³ ocupando assim, mais esse espaço das mídias digitais. O podcast tem em vista compartilhar informações sobre a população preta, dando visibilidade as suas demandas sociais, suas reflexões políticas, produção intelectual e cultural, como nos lembra bell hooks (2019) a luta antirracista é uma luta de todas e todos.

A partir dos espaços sociais que ocupamos, fortalecendo redes intelectuais, de cuidado, afetos, portanto, redes sociopolíticas, sobretudo, em contexto em que os povos negros silenciados, desmerecidos, menosprezados, mortos e mutilados por uma tecnologia de exercício do poder chamada racismo desenvolvemos o projeto “**Censo Quilombola nas comunidades do Cariri Paraibano**”.

¹ CANAL DO YouTube: https://www.youtube.com/results?search_query=nepec+cda

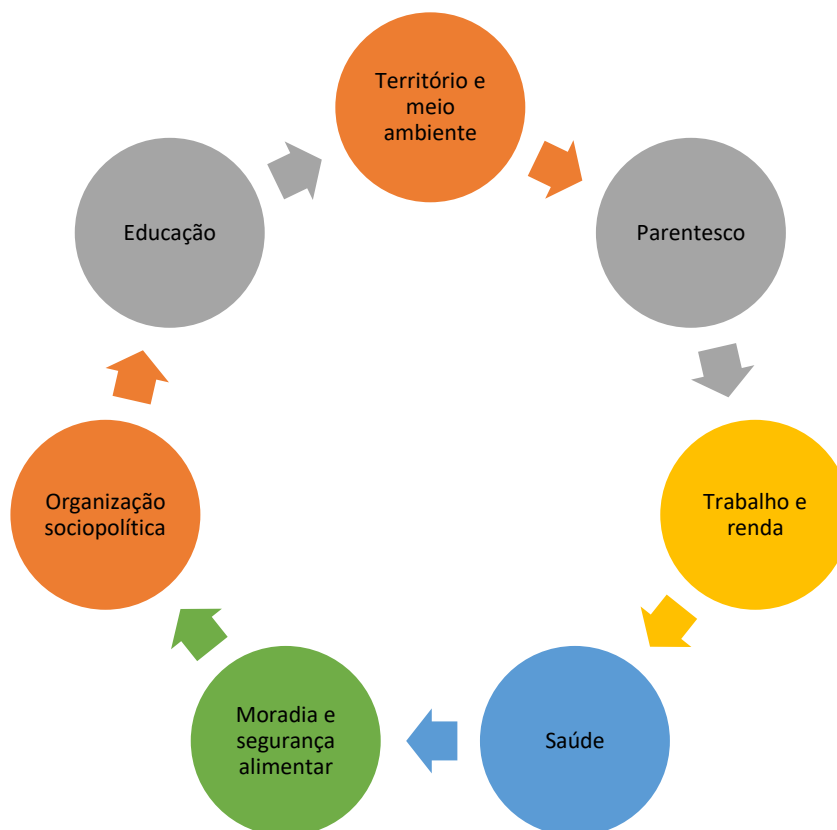
² INSTAGRAM: <https://www.instagram.com/nepecuacis/>

³ PODCAST: <https://anchor.fm/umsorrisonegro>

1.3 A METODOLOGIA COMO CAMINHO

A pesquisa trabalhará na perspectiva de levantar dados censitários das comunidades remanescentes de quilombo já certificadas pela Fundação Cultural Palmares no município de Serra Branca/Paraíba. O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado com questões de múltipla escolha elaborado no Google formulário. A equipe do censo teve como equipamento censitário o celular com acesso ao questionário e realizou as perguntas seguindo a ordem preestabelecida. O questionário está dividido em eixos temáticos: 1) Território e meio ambiente; 2) Parentesco: perfil unifamiliar; 3) Trabalho e renda; 4) Saúde; 5) Moradia e segurança alimentar; 6) Organização sociopolítica e 7) educação.

FIGURA 1: Eixos temáticos

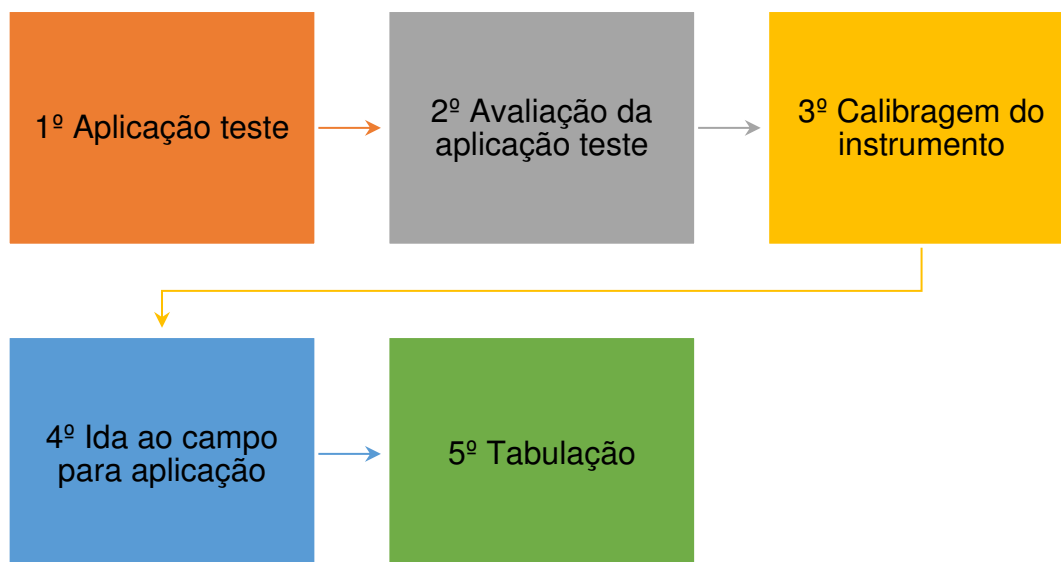


Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Os eixos temáticos do questionário foram cuidadosamente selecionados para abranger diferentes áreas da vida e proporcionar uma visão abrangente da situação sócio-histórica da comunidade. Cada um desses eixos fornece informações valiosas que, quando combinadas, ajudam a construir um retrato mais detalhado e preciso da realidade estudada. Ao analisar os dados coletados em cada tópico, é possível obter insights significativos sobre diversos aspectos do cotidiano da comunidade quilombola de Cantinho, bem como das pessoas envolvidas na pesquisa. Através dessa abordagem multifacetada, busca-se compreender de forma mais holística as dinâmicas sociais e os desafios enfrentados, contribuindo assim para a identificação de possíveis soluções e melhorias em cada uma dessas áreas.

A aplicação foi feita por unidade familiar, necessitando apenas de um respondente por unidade e seguiu o seguinte roteiro: 1) aplicação teste; 2) avaliação da aplicação teste; 3) calibragem do instrumento, após a aplicação teste; 4) ida ao campo para realização do censo e 5) tabulação.

FIGURA 2: Etapas para aplicação do questionário



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Durante a aplicação teste, o respondente designado responderá a algumas perguntas (alguns eixos as respostas foram de múltiplas escolhas), para garantir que o instrumento está funcionando corretamente e que as informações estão sendo coletadas precisamente.

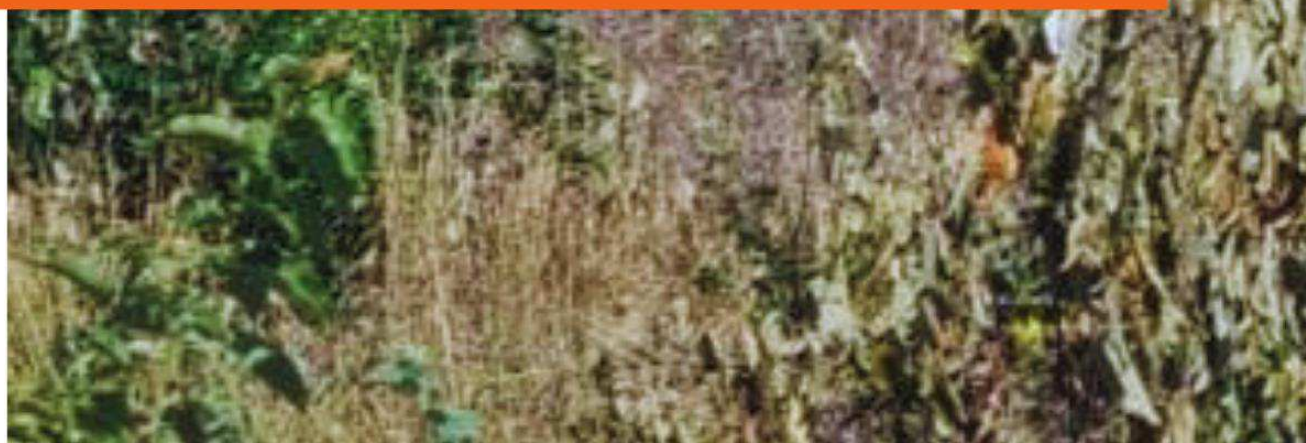
Após a avaliação da aplicação teste, foi feita a calibragem do questionário ajustando-o conforme necessário para otimizar a coleta de dados durante o censo. Em seguida, a equipe foi ao campo realizar o censo propriamente dito, coletando informações de todas as unidades familiares designadas.

Por fim, os dados foram tabulados e analisados para extrair insights relevantes que auxiliarão na tomada de decisões e políticas futuras. Este processo é fundamental para garantir a precisão e relevância dos dados coletados, contribuindo para o desenvolvimento de ações mais eficazes e direcionadas à comunidade. O levantamento censitário inédito destaca a importância de compreender as necessidades das populações quilombolas e incluí-las nos diálogos governamentais.



COMUNIDADE QUILOMBOLA
Cantinho →

**COMUNIDADE QUILOMBOLA
CANTINHO DE SÃO
JOÃO BATISTA**



2. TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE

As comunidades quilombolas, sendo predominantemente constituídas por população negra, se autodefinem a partir das relações com a terra, do parentesco, do território, da ancestralidade, das tradições e das práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o país, existam mais de cinco mil comunidades quilombolas. O Decreto Federal n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, que se estabeleceram em determinadas regiões do Brasil. O território dessas comunidades é de extrema importância para sua identidade e preservação cultural, pois muitas delas mantêm tradições ancestrais, práticas agrícolas sustentáveis e laços com a natureza essenciais para sua forma de vida.

Com uma população quilombola de 905.415 pessoas, o Nordeste abriga mais da metade (68,2%) desse grupo étnico em comparação com outras regiões brasileiras. Na região, a Paraíba registra o menor número de quilombolas, com 16.584 pessoas. Os dados são parte dos primeiros resultados do “**Censo Demográfico 2022 — Quilombolas**”, divulgados pelo IBGE. Pela primeira vez em um censo brasileiro, a população quilombola foi identificada como um grupo étnico. Na Bahia, o estado nordestino líder em quantidade de quilombolas, há 397.059 pessoas, seguido por Maranhão (269.074) e Pernambuco (78.827).

Atualmente, existem na Paraíba 50 comunidades quilombolas autoreconhecidas, sendo 46 quilombos certificados oficialmente pela Fundação Cultural Palmares, distribuídos do litoral ao sertão do estado.

QUADRO 1: Comunidades Quilombolas da Paraíba

MUNICÍPIO	COMUNIDADE QUILOMBOLA
Alagoa Grande	Caiana dos Crioulos
Areia	Engenho do Bonfim e Engenho Mundo Novo
Boa Vista	Santa Rosa
Cacimbas	Aracati, Chã I, Chã II e Serra Feia
Cajazeirinhas	Vinhas e Umburaninha
Camalaú	Rocça Velha/Rua Preta
Catolé do Rocha	Curralino/Jatobá, Lagoa Rasa e São Pedro do Migués

Conde	Gurugi, Ipiranga e Mituaçu
Coremas	Comunidade Negra de Barreiras, Mãe D'água e Santa Tereza
Diamante	Barra de Oitis e Sítio Vaca Morta
Dona Inês	Cruz da Menina
Gurinhém/Mogeiro	Matão
Ingá/Serra Redonda	Pedra D'água
João Pessoa	Paratibe
Livramento	Areia de Verão, Sussuarana e Vila Teimosa
Nova Palmeira	Serra de Abreu
Pombal	Daniel, Os Barbosas e Rufinos do Sítio São João
Riachão do Bacamarte	Grilo
Santa Luzia	Monte de São Sebastião (Talhado), Serra do Talhado e Talhado de Santa Luzia
São Bento	Contendas e Terra Nova
São João do Tigre	Cacimba Nova
São José de Princesa	Sítio Livramento
Serra Branca	Ligeiro de Baixo, Sítio Cantinho de São João Batista e Sítio Lagoinha
Serra Redonda	Sítio Matias
Tavares	Domingos Ferreira
Triunfo	Os Quarenta
Várzea	Pitombeira

Fonte: Guia de enfrentamento ao racismo da Paraíba elaborado pela SEMDH (2023).

Devido à falta de território consolidado, muitas comunidades enfrentam dificuldades de produção, resultando em migração para outras regiões. Os municípios paraibanos com maior população quilombola são Conde, João Pessoa, Cacimbas, Santa Luzia e Alagoa Grande. Apenas 17,60% da população quilombola na Paraíba está em territórios oficialmente delimitados, envolvendo 2.918 pessoas. O processo de demarcação de territórios quilombolas é demorado e impacta a sobrevivência das comunidades, que dependem da agricultura familiar.

O meio ambiente desempenha um papel fundamental na vida das comunidades quilombolas, uma vez que muitas delas estão localizadas em áreas rurais ou de mata, onde dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência. Por isso, a preservação ambiental é uma preocupação constante dessas comunidades, que buscam manter um equilíbrio entre suas práticas tradicionais e a conservação da natureza ao seu redor. A luta pela

demarcação e proteção de seus territórios é uma forma de garantir não apenas a sobrevivência das comunidades quilombolas, mas também a preservação de ecossistemas e da biodiversidade.

Em resumo, a relação entre território e meio ambiente na Comunidade Quilombola Cantinho de São João Batista é intrinsecamente ligada à sua cultura, história e modo de vida. A preservação desses espaços e a sustentabilidade ambiental são pilares para a garantia dos direitos dessas comunidades e para a promoção de um desenvolvimento mais justo e equitativo em nosso país.

2.1.1 Introdução ao contexto de acesso à terra no Brasil

O Brasil está entrelaçado com o seu passado, seja da escravização, mercantilização e produção de monocultura. Esses pontos estão ligados desde a chegada dos portugueses a essas terras, pois o objetivo central, quando percebem suas riquezas naturais, é a exploração e comercialização. Logo depois da ocupação, vem a distribuição dessas terras produtivas e ricas em minérios, onde a sesmaria acontece. Em cada canto do Brasil, uma família poderosa com vínculo direto com a coroa portuguesa recebe uma parcela das terras para produzir. Tudo aquilo que era produzido tinha os lucros divididos entre o dono e a coroa.

Com a chegada da Lei de Terras de n.º 601 de 1850, a distribuição de terras começa a acontecer, pois aqueles que não estavam dando uso à terra, tornavam-se terras devolutas e assim podendo ser transferidas para outras pessoas tomarem posse e produzirem. Entretanto, mais uma vez tudo foi pensado para aqueles que detêm as melhores condições e o latifúndio neste período está forte e assim se apropriou dessas terras, não dando oportunidade para os negros.

O território quilombola engloba muitos elementos de sua ancestralidade, cultura, convivência, relações familiares e produção na terra. Pensar nessas questões na prática e perceber minimamente como estão sendo executadas é um desafio para os pesquisadores e para os quilombolas. Por vários motivos, um deles é o processo de reconhecimento do próprio local a partir de órgãos regulamentadores que determinam que aquele espaço é um território quilombola.

A certificação é o primeiro passo recebido em documento “papel” que assegura que aquele aglomerado ou comunidade estão em autorreconhecimento e vão estar resguardados pelo decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 que são quilombolas. Já no quesito titulação, é amparado pela constituição e pelo artigo 68 da ADCT-Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos decretos e artigos estão ligados à constituição de 1988, a qual visa garantir o direito dos quilombolas no Brasil.

2.1.2 Breve histórico da Comunidade Quilombola Cantinho de São João Batista

A comunidade quilombola do Cantinho tem suas origens em um contexto complexo que se desdobrou ao longo do tempo. De acordo com Alves (2023), o quilombo iniciou-se a partir de três possíveis origens, as quais são complementares entre si e estão intrinsecamente ligadas tanto à origem da comunidade quanto ao município de Serra Branca–PB.

Serra Branca tem sua origem com a chegada da família Oliveira Ledo no século XVII, com a colonização da capitania da Paraíba. O então Capitão Mor do Sertão do Piancó e Piranhas, Teodósio de Oliveira Ledo, construíram nessas terras a fazenda e o curral Serra Branca. Segundo Pequeno Filho (2014), os colonizadores que se estabeleceram nessa região do Cariri, trouxeram muitas pessoas negras que aqui foram escravizadas.

Com a origem do município, partimos para a primeira hipótese de explicação para a origem da comunidade quilombola do Cantinho. De acordo com Santos (2018), a primeira explicação está relacionada à condição de senzala, um espaço distante da casa-grande, onde os escravizados eram mantidos. Após a abolição da escravidão, em 1888, geração após geração de moradores continuaram a habitar o Cantinho.

Uma segunda abordagem, apresentada por Severino Moreno (2022)⁴, um líder quilombola, expõe que durante o período da escravidão, os senhores de engenho e fazendeiros na região exerciam controle sobre as pessoas escravizadas. Após tornarem-se dispensáveis para os senhores, essas pessoas

⁴ Entrevista com seu Severino Moreno, realizada pela cientista social, Beatriz Alves em 2022.

eram remetidas ao Cantinho. Dessa forma, a comunidade teria surgido a partir do abandono da mão de obra escravizada.

Por outro lado, Seu Wilson Correia de Queiroz (2010)⁵ traz uma terceira perspectiva ao relatar a história de sua avó Cândida e sua colega Anastácia, mulheres escravizadas que escaparam do Rio Grande do Sul para a região do Cantinho. Ambas trabalharam incansavelmente por doze anos para adquirir terras na Cotó, que corresponde à atual localidade da comunidade. Dona Cândida e Dona Anastácia desempenharam papéis fundamentais na formação do Cantinho, estabelecendo suas famílias na região.

Seu Wilson destaca, adicionalmente, a extensão das terras adquiridas, ressaltando as adversidades enfrentadas por seus antepassados na conquista do território onde a comunidade está estabelecida atualmente. Ele enfatiza o papel fundamental de Dona Anastácia, que, com dezesseis filhos, tornou-se uma figura central na história do local, com os descendentes dos Anastácio representando uma parcela significativa da população presente.

Antes de se tornar oficialmente uma comunidade quilombola, o local era identificado como um sítio, semelhante a vários outros quilombos. Durante esse período, a comunidade ficou conhecida como “Cotó”. Em uma entrevista realizada em 2010 pelo historiador Zezito com Dona Maria José Anastácio de Brito, já falecida, é explicada a origem desse nome. Dona Maria José explicou: “Cotó já vem de cima, lá do sítio... tinha uma vaca cotó, aí batizaram, ficou Cotó, mas ninguém é Cotó” (José, 2010 apud Alves, 2023).

Na mesma entrevista, Dona Maria José explicou por que a comunidade passou a ser chamada de Cantinho de São João Batista. Quando a designação de quilombo foi substituída por comunidade, o padre que costumava visitar o local decidiu acrescentar o nome do padroeiro à denominação “cantinho”: Padre Tarcísio, afirmou que, embora a comunidade fosse anteriormente conhecida como Cotó, agora que era uma comunidade, deveria ser chamada de comunidade de São João Batista, em homenagem ao padroeiro. Assim, houve essa mudança para substituir o nome Cotó por Cantinho de São João Batista (José, 2010 apud Alves, 2023). Portanto, o nome da comunidade reflete tanto

⁵ Entrevista com Wilson, realizada pelo historiador Zezito em 11/07/2010.

sua origem quanto o nome do padroeiro do quilombo. Apesar disso, muitos ainda a conhecem pelo apelido Cotó. A partir de 02 de janeiro de 2020, a comunidade recebeu o reconhecimento como remanescente quilombola e é atualmente denominada Comunidade Quilombola Cantinho de São João Batista.

Dessa forma, a trajetória da comunidade quilombola do Cantinho se desdobra em diversas narrativas, revelando um intrincado mosaico de vivências, resistência e formação que, ao longo do tempo, contribuíram para moldar a identidade singular desse grupo.

2.1.3 Território e meio ambiente do Quilombo Cantinho

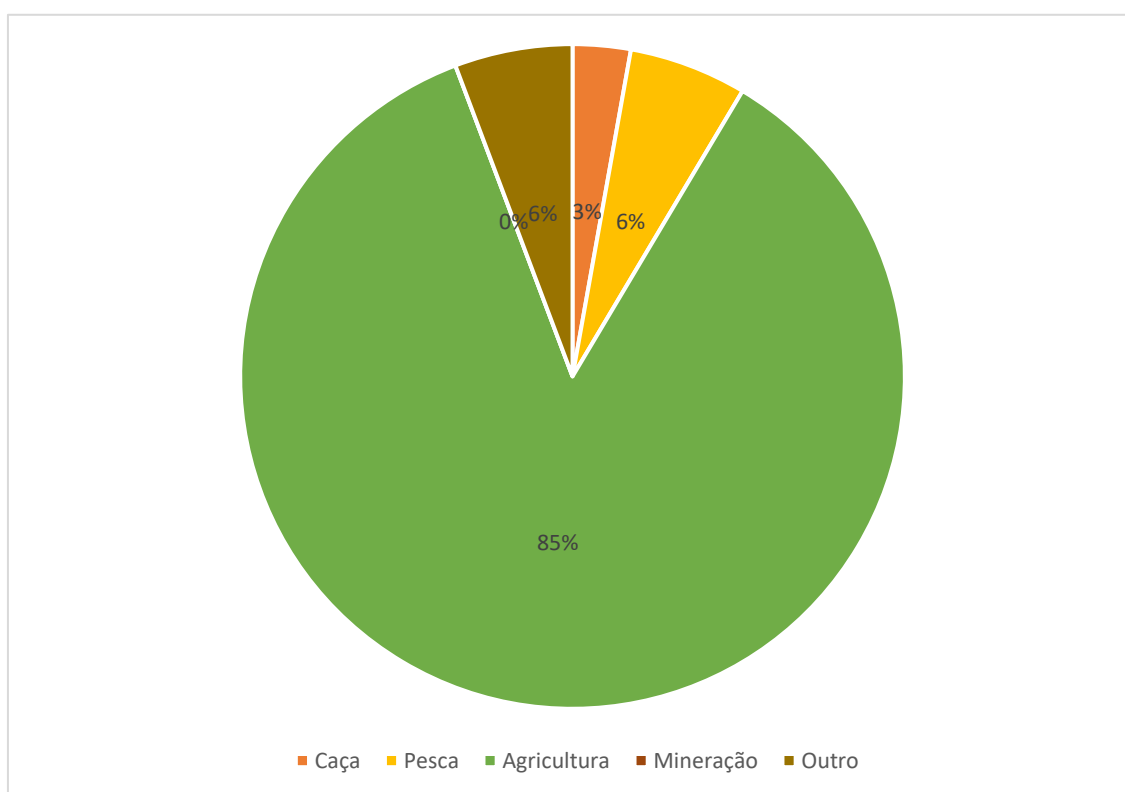
Nossa análise territorial central será focada na Comunidade Quilombola Cantinho de São João Batista, situada no Cariri Ocidental da Paraíba, na cidade de Serra Branca. Atualmente, a comunidade possui apenas a certificação de reconhecimento, sem ter iniciado o processo de titulação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para assegurar a titulação das terras, são necessários seis passos:

1. Autodefinição Quilombola: a comunidade deve apresentar ao INCRA uma certidão de Autorreconhecimento.
2. Elaboração do RTDI: a primeira etapa para o INCRA delimitar a terra, envolvendo a criação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI), requer uma equipe multidisciplinar com geógrafos, antropólogos e historiadores para realizar um levantamento cartográfico e histórico da área.
3. Publicação do RTDI: deve ser realizada em até 90 dias junto à superintendência regional do INCRA.
4. Portaria de Reconhecimento: consiste na publicação da Portaria do Presidente do INCRA que reconhece os limites do território solicitado.
5. Decreto de Desapropriação: nos casos em que existem propriedades privadas nas áreas solicitadas, é necessário publicar o Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social, no qual o Presidente da República autoriza a vistoria e a indenização das propriedades privadas na área em questão.

6. Titulação: o Presidente do INCRA concede o título coletivo da área à comunidade, que é inalienável, indivisível e sem custos financeiros, proibida a venda do território.

O quilombo Cantinho está situado na região semiárida do Cariri paraibano, caracterizada por baixa pluviosidade e cultivos sazonais como milho, feijão, melancia, abóbora e fava. A análise revelou que a comunidade mantém as seguintes relações com o meio ambiente: 67% Agricultura, 11% Agricultura e Corte de Lenha, 13% Outro, conforme o gráfico 1. Dessa forma, destaca-se a predominância da atividade agrícola como uma das principais ocupações dos residentes.

GRÁFICO 1: Relação da comunidade com o meio ambiente



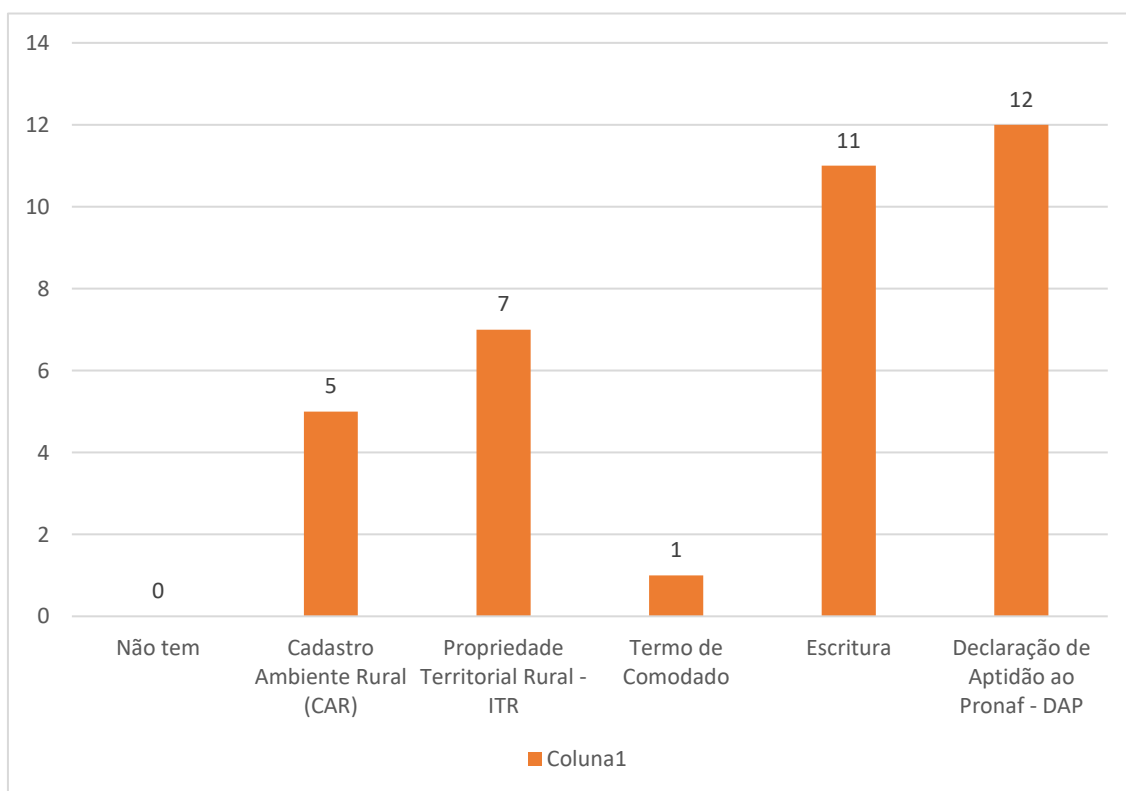
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A relação predominante das comunidades quilombolas com o território engloba a preservação de sua herança ancestral, ao mesmo tempo, em que a vinculação com a terra abarca a produção e sustento dessas famílias. Isso se manifesta na prática da agricultura familiar quilombola, na criação de animais, na produção de louça de barro, no artesanato, entre outras atividades. Estes são

conceitos essenciais para a compreensão da perspectiva quilombola, pois, embora aparentemente semelhantes à primeira vista, são elementos distintos que se entrelaçam. A terra está diretamente associada à produção, ao solo onde essas famílias vivem e trabalham, enquanto o território representa uma abordagem mais abrangente, englobando todo o espaço onde a comunidade se estabelece, desde os locais de captação de água ancestrais, como o cacimbão, até as colinas ou serras que protegem a comunidade da localização externa.

Quando abordamos diretamente a questão do acesso à terra e a comprovação da posse dessas terras pelos residentes, frequentemente surgem questionamentos devido à escassez de documentos apresentados. O gráfico 2 a seguir destaca os principais documentos em posse desses proprietários.

GRÁFICO 2: Documentos de posse da terra



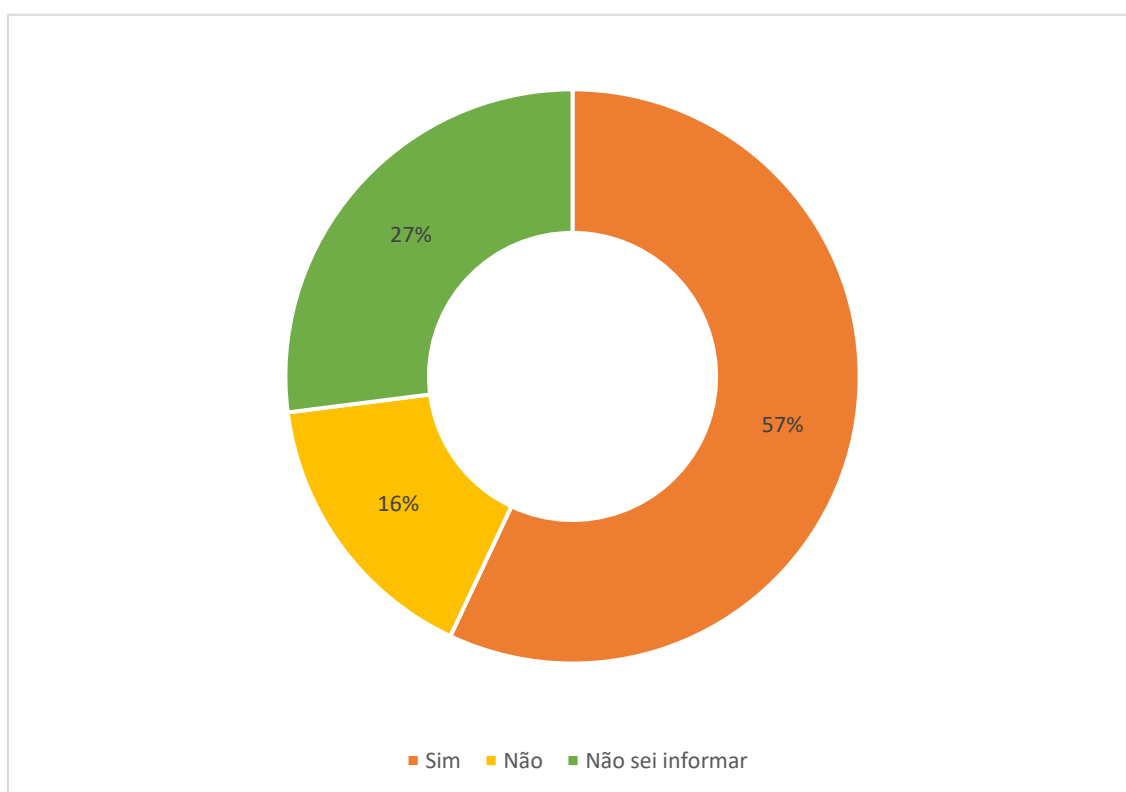
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Vários elementos são considerados nesse contexto. Observa-se que muitos documentos relacionados à posse de terras, como escrituras, vêm frequentemente acompanhados de outros documentos complementares. Verificou-se que indivíduos que possuíam a escritura da terra também detinham

o Certificado de Propriedade Territorial Rural (ITR), a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ou haviam realizado o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esses documentos são fundamentais para as famílias poderem acessar programas sociais, como o seguro safra, entre outros. Para aqueles que não possuem documentação comprobatória, é comum utilizar uma extensão da escritura da terra, por meio da qual a família, mediante um termo de comodato registrado em cartório, cede uma parcela da propriedade, seja um hectare ou mais, para o indivíduo poder produzir ou construir uma moradia naquela localidade.

A pesquisa conduzida pela equipe questionou se a comunidade detinha o título de posse de terra, revelando que 57% afirmaram possuir o título, 16% responderam que não possuem, e 27% não souberam fornecer essa informação.

GRÁFICO 3: Relação da comunidade com o meio ambiente



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

É relevante notar que ao mencionar o termo “título”, está-se a referir à titulação da terra coletiva, emitida exclusivamente pelo INCRA. Dentro desse contexto, os residentes compararam isso com a escritura de posse da terra, a qual é um documento individual e diferente da titulação quilombola. Isso destaca a importância de considerar o acesso à informação nessas comunidades,

abrangendo a definição precisa de titulação e os procedimentos técnicos necessários para obtê-la, mencionados anteriormente.

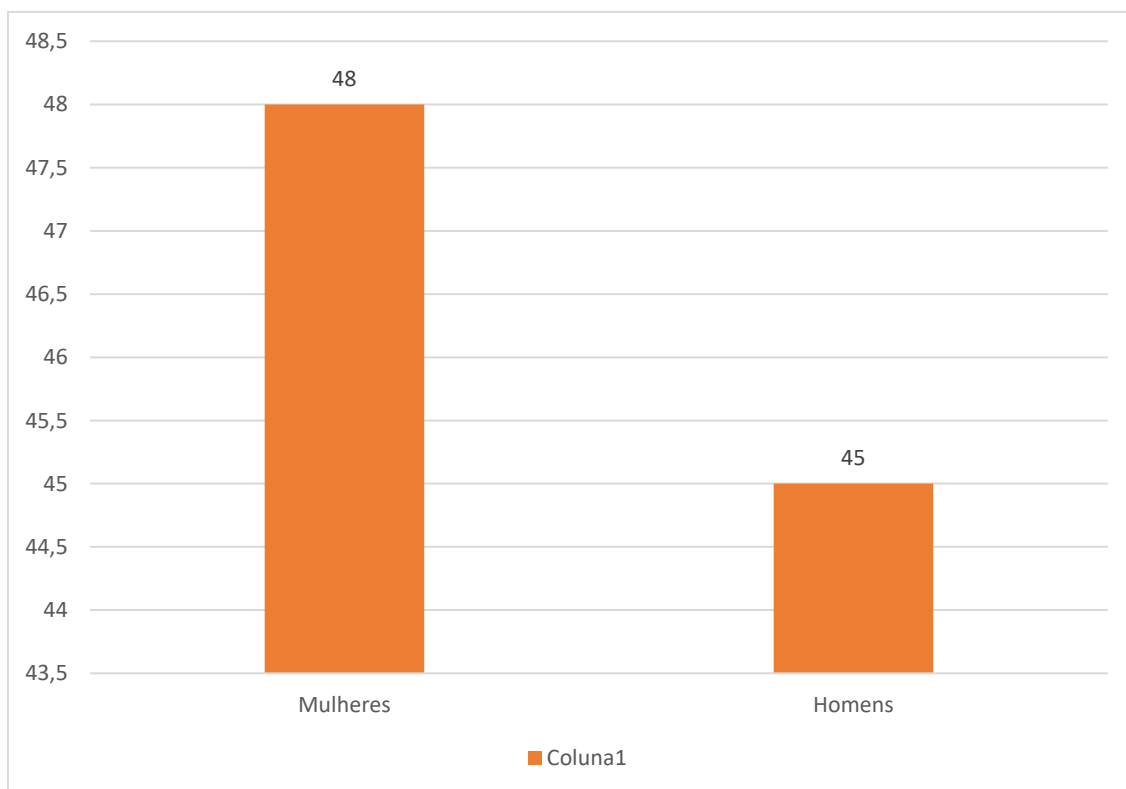
2.2 PARENTESCO: PERFIL UNIFAMILIAR

O censo realizado na Comunidade Quilombola Cantinho de São João Batista incluiu uma seção de perguntas sobre o parentesco, abrangendo uma variedade de aspectos dos residentes, como idade, sexo, religião, cor, composição da moradia, mobiliário, eletrodomésticos, bem como hábitos semanais e de fim de semana.

Após a aplicação do questionário na comunidade, um extenso conjunto de respostas foi coletado, envolvendo as 37 famílias residentes. A primeira pergunta visava determinar o número de moradores em cada domicílio, revelando um total de 93 habitantes no quilombo Cantinho. Dentre esses, 9 residências abrigavam apenas um morador, 8 residências tinham dois moradores, 13 residências continham três moradores, 6 residências possuíam quatro moradores, e 1 uma residência abrigava cinco moradores.

A segunda pergunta tinha como objetivo determinar a distribuição de gênero entre os 93 moradores, revelando que 48 são homens e 45 são mulheres. Com base nesses dados, observa-se que a comunidade possui uma proporção quase equilibrada entre homens e mulheres, com uma ligeira predominância masculina. A presença de diversidade de gênero enriquece o ambiente com uma variedade de perspectivas e experiências entre todos os residentes.

GRÁFICO 4: Quantitativo de homens e mulheres



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A terceira questão visava obter dados sobre a distribuição de moradores por faixa etária, abrangendo um total de 87 residentes. Dentre estes, a idade de 6 moradores não foi fornecida. Os resultados revelam a seguinte distribuição: 11 indivíduos entre 0 e 10 anos; 8 entre 11 e 18 anos; 7 entre 19 e 24 anos; 11 entre 25 e 34 anos; 13 entre 35 e 44 anos; 13 entre 45 e 54 anos; 12 entre 55 e 64 anos; 7 entre 65 e 74 anos; 3 entre 75 e 84 anos; 1 entre 85 e 94 anos; e 1 entre 95 e 100 anos, conforme a tabela a seguir

TABELA 1: Quantidade de moradores por faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	QUANTITATIVO DE PESSOAS POR FAIXAS ETÁRIAS
0 a 10 anos	11
11 a 18 anos	8
19 a 24 anos	7
25 a 34 anos	11
35 a 44 anos	13
45 a 54 anos	13
55 a 64 anos	12
65 a 74 anos	7

75 a 84 anos	3
85 a 94 anos	1
95 a 100 anos	1
TOTAL	87

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Esses dados refletem uma diversidade significativa na composição etária da comunidade. Essas informações são cruciais para compreender a estrutura demográfica local e podem embasar decisões em políticas públicas, serviços sociais e planejamento urbano. É fundamental considerar as necessidades específicas de cada grupo etário, garantindo a disponibilidade de recursos e apoio adequados a todas as faixas etárias presentes na comunidade. A variedade de idades traz consigo distintas vivências, perspectivas e desafios, destacando a importância de promover um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os residentes, independentemente da idade.

A quarta questão tinha como objetivo identificar a cor/raça dos residentes da comunidade, com as opções de branco, negro, pardo, indígena e não informado. Dos 93 residentes, a cor/raça foi informada para 91 deles, pois dois não estavam presentes durante a aplicação do questionário. Na comunidade do Cantinho, há 8 indivíduos brancos, 64 negros, 19 pardos, nenhum indígena e nenhum sem informação sobre a cor/raça. A diversidade étnica na comunidade do Cantinho é notável, evidenciando a riqueza cultural e a miscigenação de origens que caracterizam as comunidades quilombolas da região do Cariri Paraibano.

TABELA 2: Quantidade de moradores de acordo com sua cor/raça.

COR/RAÇA	RESPOSTAS
Branca	8
Negra	64
Parda	19
Indígena	0
Não sei informar	0
TOTAL	91

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A quinta pergunta teve como propósito identificar o estado civil dos residentes, relacionando-o com a condição de cada indivíduo na estrutura familiar. Esses dados totalizam 23 membros casados, 26 solteiros, 3 divorciados, 24 em união estável, 2 viúvos e 1 morando sozinho. Com essas informações, é possível observar a diversidade de estados civis presentes na comunidade analisada. É interessante notar como cada membro contribui para a complexidade e riqueza dos laços familiares.

TABELA 3: Estado civil dos moradores da comunidade.

ESTADO CIVIL	RESPOSTAS
Casados	23
Solteiros	26
Divorciados	3
União estável	24
Viúvo (a)	2
Mora sozinho (a)	1
TOTAL	79

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Cada situação reflete a variedade de experiências e trajetórias que fazem parte do tecido familiar, mostrando não haver um único modelo de família, mas sim diversas formas de amor, convivência e apoio mútuo. É importante valorizar e respeitar a pluralidade de arranjos familiares que existem, reconhecendo a importância de cada um na construção de relações afetivas sólidas e acolhedoras.

Com base nas respostas fornecidas pelo grupo de moradores do quilombo Cantinho, é possível observar que a maioria possui moradia própria, seguido por aqueles que residem em moradias cedidas e alugadas. Essa diversidade de situações de moradia revela a multiplicidade de realidades e experiências presentes na comunidade, conforme tabulados a seguir:

TABELA 4: Moradia dos moradores da comunidade.

TIPO DE MORADIA	RESPOSTAS
Moradia própria	33
Moradia cedida	2
Moradia alugada	2
Outro	0
TOTAL	37

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A sétima questão tem por finalidade analisar a distribuição dos cômodos nas residências dos membros da comunidade. Das 37 residências, visitas, os dados revelam o seguinte panorama: 42 salas de estar, 38 cozinhas, 86 quartos, 44 banheiros, 20 áreas de serviço e 8 áreas de lazer. Essas informações indicam que a maioria das residências dos membros da comunidade Cantinho inclui salas de estar, cozinhas, quartos e banheiros, ressaltando a relevância desses ambientes tanto na rotina diária quanto na estrutura das casas. Além disso, a presença de áreas de serviço e áreas de lazer evidencia a preocupação com o conforto e o bem-estar dos residentes. É notável como a variedade de espaços contribui para suprir as distintas necessidades e atividades do cotidiano.

TABELA 5: Composição das moradias da comunidade.

COMPOSIÇÃO DA MORADIA	RESPOSTAS
Sala de estar	42
Cozinha	38
Quartos	86
Banheiro	44
Área de serviço	20
Área de lazer	8
Nenhuma das alternativas	0

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A oitava questão teve como propósito identificar os objetos presentes nas residências dos moradores, tais como móveis e eletrodomésticos. Das 37 respostas obtidas, foram extraídas as seguintes informações: 34 residências possuem televisões, 28 possuem rádios, 36 possuem geladeiras, 36 possuem

fogões, 35 possuem armários de cozinha, 36 possuem camas, 35 possuem mesas e cadeiras, 35 possuem sofás, 35 possuem celulares ou telefones, 3 possuem computadores, 20 possuem livros, 36 possuem guarda-roupas, 14 possuem micro-ondas, 4 possuem Airfryers, 28 possuem liquidificadores, 22 possuem ventiladores, 6 possuem máquinas de lavar ou tanquinhos e 8 possuem outros objetos não especificados. A análise desses dados revelou que a maioria dos moradores possui os itens essenciais em suas residências, como televisão, geladeira, fogão, cama, mesa, cadeiras, sofá e celulares ou telefones. Ademais, destaca-se que alguns equipamentos mais modernos, como Airfryers e computadores, estão presentes em um número reduzido de residências. A diversidade de objetos encontrados nos lares dos entrevistados reflete as distintas prioridades e necessidades de cada indivíduo.

TABELA 6: Diversidade de objetos por residência na comunidade

OBJETOS	RESPOSTAS
Televisão	34
Rádio	28
Geladeira	36
Fogão	36
Armário de cozinha	35
Cama	36
Mesa + cadeiras	35
Sofá	35
Celulares/telefones	35
Computadores	3
Livros	20
Guarda-roupas	36
Micro-ondas	14
Airfryer	4
Liquidificador	28
Ventilador	22
Máquina de lavar/ tanquinho	6
Outros	8

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A partir dos dados coletados, é possível observar que a maioria dos residentes utiliza motocicletas como seu principal meio de transporte, seguido pelos que possuem automóveis. Embora menos comum, o uso de bicicletas

como meio de locomoção ainda é significativo. Por outro lado, é essencial notar que um número considerável de moradores não possui um meio de transporte próprio, sugerindo a necessidade de aprimorar o acesso ao transporte público na região. Essas informações são cruciais para compreender as necessidades da comunidade e buscar soluções que aprimorem a mobilidade de maneira mais eficiente e inclusiva.

Tabela 7: Meios de transporte dos moradores por residência.

MEIOS DE TRANSPORTES	RESPOSTAS
Moto	20
Carro	11
Bicicleta	2
Outros	0
Não possui meio de transporte	13

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A décima questão visava identificar os hábitos semanais mais comuns dos residentes, revelando o seguinte panorama: 14 indivíduos trabalham na cidade, 25 na área rural, 27 se dedicam aos afazeres domésticos e familiares, 7 estão envolvidos em estudos, 4 estão desempregados, 10 prestam auxílio aos vizinhos em questões comunitárias, 6 realizam outras atividades.

Tabela 8: Hábitos mais frequentes durante a semana por residência.

HÁBITOS MAIS FREQUENTES DURANTE A SEMANA	RESPOSTAS
Trabalhar na cidade	14
Trabalhar na roça	25
Cuida da casa e da família	27
Estudar	7
Desempregados	4
Ajudar os vizinhos com questões da comunidade	10
Outras atividades	6

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Os dados ilustram a variedade de atividades desempenhadas pelos moradores ao longo da semana. Enquanto alguns se concentram no trabalho urbano ou rural, outros priorizam as responsabilidades familiares e domésticas.

Além disso, há os que se dedicam aos estudos, os buscadores de emprego, e aqueles que contribuem ativamente para a comunidade, auxiliando os vizinhos em assuntos relevantes.

A décima primeira questão teve como objetivo identificar os hábitos mais comuns dos moradores nos finais de semana, resultando em dados específicos: 8 indivíduos optam por sair para a cidade para passear, 13 escolhem atividades de lazer locais, 26 permanecem em casa com a família, 12 assistem televisão, 3 praticam esportes, 7 trabalham, 16 frequentam templos religiosos, e 8 se engajou em outras atividades.

Tabela 9: Hábitos mais frequentes nos fins de semana.

HÁBITOS MAIS FREQUENTES NO FINAL DE SEMANA	RESPOSTAS
Sair para cidade para passear	8
Sair para atividades de lazer na comunidade	13
Ficar em casa com a família	26
Assistir TV	12
Praticar esportes	3
Trabalhar	7
Frequentar os templos religiosos	16
Outro	8

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A análise dos hábitos de final de semana revela a diversidade de preferências dos moradores. Enquanto alguns preferem sair para passear na cidade, outros desfrutam de atividades de lazer locais. Aqueles que valorizam o convívio familiar, optam por permanecer em casa, enquanto alguns dedicam seu tempo à televisão. Além disso, há os que priorizam esportes ou a participação em práticas religiosas. Cada indivíduo desfruta o final de semana à sua maneira, contribuindo para a riqueza e variedade da comunidade.

A décima segunda questão visava identificar as afiliações religiosas dos membros da comunidade. Dos 93 membros consultados, conseguimos identificar as religiões de 85 indivíduos, não obtendo informação sobre 8 residentes. Os dados revelaram que 1 membro pratica a Umbanda, nenhum

pratica o Candomblé, 2 seguem a religião Evangélica, 74 são adeptos da religião Católica, e 8 não possuem afiliação religiosa especificada.

Esta pesquisa expôs uma notável diversidade religiosa na comunidade, evidenciando a presença de várias crenças como a Umbanda, o Evangelismo e o Catolicismo. Além disso, é relevante salientar o respeito às escolhas daqueles que decidiram não seguir nenhuma religião em particular. Essa diversidade de convicções espirituais enriquece a comunidade, fomentando a tolerância e a compreensão mútua entre os moradores.

A diversidade religiosa nas comunidades quilombolas é fundamental para a cultura e identidade desses grupos, refletindo a herança cultural de seus antepassados escravizados. As práticas religiosas apresentadas na comunidade Cantinho demonstram a convivência pacífica, fortalecendo os laços de solidariedade, preservando a identidade quilombola e promovendo tolerância e inclusão.

No entanto, entre as várias denominações religiosas presentes na comunidade, apenas a Católica possui um templo, este leva o nome do padroeiro da comunidade, Igreja São João Batista, para realizar suas reuniões e rituais. Essa situação pode ser atribuída historicamente à colonização e ao número de seguidores das diferentes religiões presente no quilombo

Tabela 10: Religiões dos membros da comunidade.

Religião	Total
Umbanda	1
Candomblé	0
Evangélico	2
Católico	74
Nenhuma/Não tenho religião	8
Total	85

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

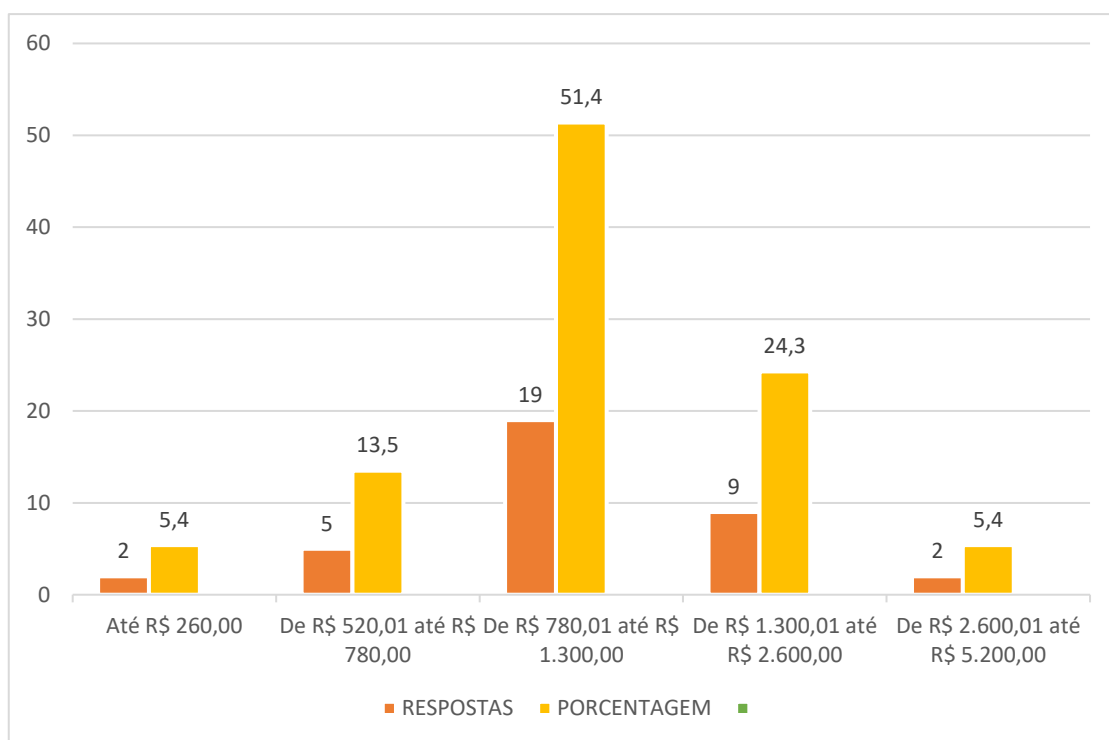
2.3 TRABALHO E RENDA

O trabalho e a renda desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento social e econômico. Nas comunidades quilombolas, a atividade econômica tem raízes profundas na agricultura, uma tradição que remonta à formação dos quilombos no Brasil. No entanto, essas comunidades

frequentemente se veem limitadas por obstáculos como a escassez de oportunidades de empregos formais, acesso à educação e infraestrutura econômica. Muitas delas dependem da agricultura de subsistência, do artesanato e de pequenos empreendimentos locais para obter renda. A implementação de programas que apoiem o desenvolvimento econômico, que ofereça capacitação profissional e facilitem o acesso ao crédito pode ser fundamental para fortalecer as fontes de renda nessas comunidades, promovendo assim maior autonomia financeira.

No diagnóstico socioeconômico, observa-se que 54,1% das famílias residentes na comunidade possuem uma renda mensal entre 780,00 até 1.300 reais. A aposentadoria rural representa 21% desse total, seguida pela combinação de agricultura familiar e aposentadoria, que corresponde a 14%. Em seguida, o Programa Bolsa Família também contribui com 14% da renda total. Esses são os principais pilares que constituem a renda familiar nesse contexto. Nota-se, na amostra da comunidade, um número significativo de indivíduos com renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo. Alguns relatos indicam haver famílias que dependem exclusivamente do auxílio do Bolsa Família, no valor de R\$ 600,00, para atender às necessidades do lar. Destaca-se o elevado número de beneficiários do programa Bolsa Família nessa localidade. É relevante mencionar que 57% das famílias no quilombo do Cantinho receberam o Auxílio Emergencial durante a pandemia da COVID-19.

GRÁFICO 5: Renda mensal no quilombo



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Esse panorama socioeconômico revela a realidade financeira das famílias na comunidade, evidenciando as diferentes fontes de renda que sustentam o lar. É essencial reconhecer a importância dos programas sociais, como a aposentadoria rural, a agricultura familiar e o Bolsa Família, no apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. A diversidade de fontes de renda reflete a resiliência e a capacidade de adaptação dessas famílias diante dos desafios econômicos.

A alta dependência do Bolsa Família em algumas famílias destaca a necessidade de políticas públicas contínuas e eficazes para garantir o bem-estar e a segurança financeira dessa comunidade. O auxílio emergencial durante a pandemia demonstrou a importância de medidas de assistência social em momentos de crise, onde proporcionou um suporte essencial para a população local.

Diante desses dados, é fundamental promover a inclusão social, o acesso a oportunidades de geração de renda e o fortalecimento da economia local, visando a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades.

O reconhecimento e o apoio às comunidades em situação de vulnerabilidade são passos essenciais para construir uma sociedade mais justa e solidária.

Conforme o Guia de Cadastramento de famílias quilombolas (2009)⁶, a inclusão das famílias quilombolas no Cadastro Único trará a oportunidade de realizar um diagnóstico preciso das principais necessidades dessa comunidade, fomentando a criação de políticas públicas e programas sociais direcionados a esse grupo específico.

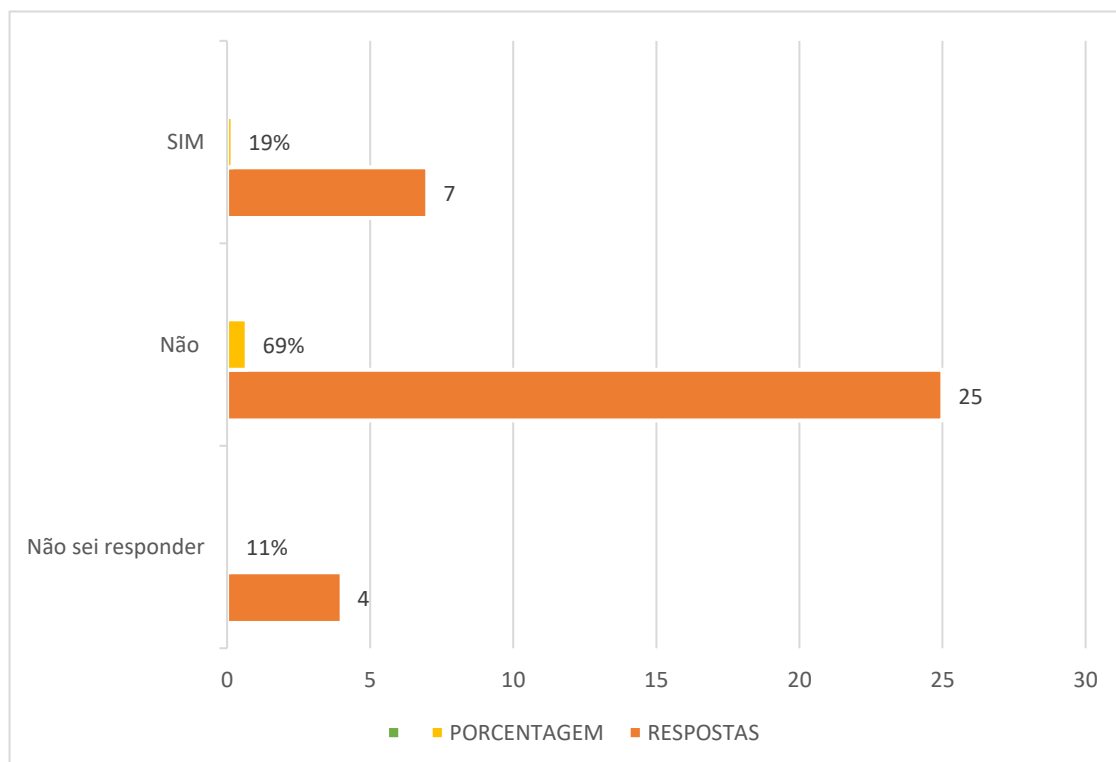
Dentre as atividades econômicas realizadas no quilombo, a agricultura familiar se destaca, representando 27% da atividade econômica, seguida pela combinação de criação de animais e agricultura familiar, totalizando 21%. Essas atividades geram relações comerciais tanto internas quanto externas à comunidade. Nesse contexto, apenas 19% dos membros trabalham com carteira assinada na comunidade, uma vez que a principal fonte de renda provém da agricultura familiar.

Considerando as condições de vida nessas comunidades, é imperativo implementar ações que promovam a inclusão econômica dos residentes por meio de iniciativas de desenvolvimento local sustentável. Essas ações devem envolver a integração do conhecimento empírico da comunidade com o conhecimento científico e tecnológico das instituições que apoiam a agricultura familiar (Valente, 2004).

Dessa forma, é fundamental estabelecer programas que incentivem a formação de cooperativas locais, possibilitando a comercialização conjunta dos produtos agrícolas e a valorização da cultura e tradições regionais. Além disso, a capacitação profissional e o acesso a microcrédito para investimentos em infraestrutura e equipamentos são essenciais para fortalecer a economia local e proporcionar melhores condições de vida para os moradores dessas comunidades. A união de esforços entre os moradores, instituições de pesquisa e órgãos governamentais é essencial para o sucesso dessas iniciativas e para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para todos.

⁶ O Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas foi publicado em 2009 pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O objetivo deste guia é orientar o trabalho da gestão municipal para o cadastramento dessas famílias. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/guia-de-cadastramento-de-familias-quilombolas.pdf. Acesso em: 28 de fev. 2024.

GRÁFICO 6: Incentivos do governo municipal



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Embora oficialmente designada como uma comunidade quilombola, 69% dos entrevistados expressaram a percepção de que a comunidade sofre com acentuada desvalorização por parte das autoridades públicas. A ausência de investimentos na infraestrutura local é evidente, refletindo-se na carência de saneamento básico, acesso à saúde e educação de qualidade, conforme relatado pelos entrevistados.

Essa realidade ressalta a urgência de direcionar maior atenção e recursos para as comunidades quilombolas. Reconhecer esses espaços como pilares essenciais para a preservação da cultura e história afro-brasileira se torna imperativo. A implementação de políticas públicas voltadas a garantir melhores condições de vida para essas comunidades é essencial, assegurando o acesso a serviços fundamentais como saneamento básico, saúde e educação de excelência.

A valorização e respeito às tradições quilombolas representam passos significativos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, reforçando a importância da preservação e celebração da rica herança cultural na comunidade.

2.4 SAÚDE

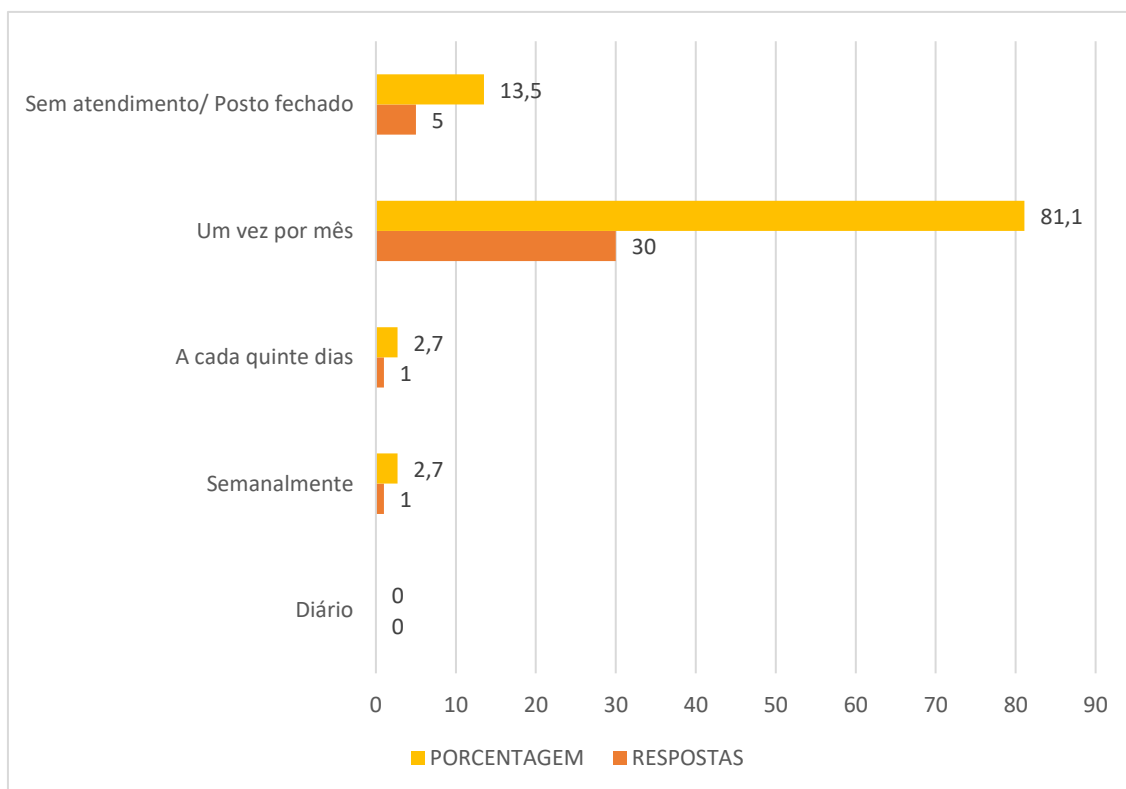
A saúde da população quilombola é uma preocupação relevante devido às condições socioeconômicas desfavoráveis e à escassez de acesso a serviços de saúde adequados em muitas dessas comunidades. É fundamental a implementação de políticas e programas que assegurem o acesso dessas comunidades a cuidados médicos, prevenção de doenças e promoção da saúde, conforme o preceituado na Constituição Federal de 1988. Nela, a saúde é consagrada como um direito de todos e uma prioridade do Estado, porém, frequentemente, esse direito é negligenciado, como evidenciado no caso do quilombo Cantinho.

Para garantir o efetivo acesso a esses direitos fundamentais, é imperativo investir em infraestrutura de saúde nas comunidades quilombolas e capacitar profissionais de saúde culturalmente sensíveis e proficientes nas especificidades dessas populações. Além disso, a disseminação da educação em saúde e a conscientização sobre a importância da prevenção de doenças são ações essenciais para aprimorar a qualidade de vida e o bem-estar dessas comunidades historicamente marginalizadas.

Portanto, é crucial adotar medidas concretas e eficazes para assegurar que a população quilombola possua pleno acesso aos serviços de saúde imprescindíveis para a sua plena cidadania. A saúde é um direito inalienável de todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou condição social, e deve ser protegida e fomentada em todos os âmbitos da sociedade.

Diante das informações expostas, são fornecidos resultados concernentes ao perfil de saúde da comunidade avaliada, os quais revelam dados pertinentes para a formulação de estratégias e políticas de intervenção mais direcionadas e eficazes. Com base nestes resultados, torna-se viável elaborar um panorama mais preciso das exigências e carências locais.

GRÁFICO 7: Atendimento na UBS da comunidade



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

No âmbito da Saúde, 97% dos residentes indicaram que a comunidade possui acesso aos serviços públicos de saúde. No entanto, houve críticas em relação à frequência dos atendimentos, que, conforme os dados da pesquisa, ocorrem somente uma vez por mês. Em relação à vacinação, 91% dos moradores estão em dia com as vacinas disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde-SUS. Em relação à pandemia e ao programa de imunização, 97,5% dos residentes foram vacinados contra a COVID-19, mas somente 75,7% receberam as três doses necessárias. Observa-se, portanto, que a comunidade foi atendida pelo programa de vacinação, com uma cobertura vacinal significativamente acima da média nacional de 70%. No entanto, houve uma lacuna na continuidade da imunização contra a COVID-19, o que é preocupante, especialmente em uma comunidade com uma proporção considerável de idosos.

A adesão à vacinação é alta, com a maioria dos moradores em dia com as vacinas disponíveis. No entanto, a cobertura vacinal completa ainda é um desafio, com uma parcela significativa da população necessitando completar o esquema de imunização. É essencial que os esforços sejam redobrados para

garantir a proteção de todos os residentes, especialmente os mais vulneráveis. A conscientização e o apoio contínuo da comunidade são fundamentais para superar esses obstáculos e promover a saúde e o bem-estar de todos.

Um ponto fundamental para superar alguns obstáculos é a visita do agente comunitário de saúde, 73% dos moradores afirmaram receber a visita do agente, sendo que ele é da própria comunidade. Além disso, 27% relataram não receber a visita do agente de saúde. Isso evidencia a importância da presença do agente comunitário de saúde na comunidade, já que a maioria dos moradores tem contato direto com alguém local, facilitando a comunicação e compreensão das necessidades da região. No entanto, é crucial considerar os 27% que não recebem essa visita, garantindo que todos tenham acesso aos cuidados necessários para promoção da saúde.

Com base nos resultados da pesquisa, foram identificadas áreas críticas relacionadas à saúde da comunidade. A constatação de que 89% dos entrevistados carecem de orientação sobre anemia falciforme.

A anemia falciforme é uma patologia que por motivos históricos afeta principalmente o povo negro. Por isso, é fundamental promover a conscientização e a educação em saúde na comunidade. A disseminação de informações sobre a anemia falciforme, seus sintomas, tratamentos disponíveis e a importância do acompanhamento médico regular podem contribuir significativamente para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Além disso, é essencial garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade e aprofundar o conhecimento sobre as necessidades específicas dessas comunidades, visando a promoção de uma saúde mais equitativa e inclusiva para todos.

Embora seja positivo que apenas 18% da população apresente diabetes, a alta incidência de hipertensão, mencionada por 45% dos entrevistados, destaca a urgência de implementar estratégias eficazes para prevenir e controlar a pressão arterial.

É relevante notar que 75% dos moradores afirmaram ter procurado atendimento odontológico fora da comunidade, na cidade de Serra Branca–PB. Além disso, nos últimos doze meses, apenas 35% dos moradores não fizeram consultas odontológicas. Isso demonstra a importância de melhorar o acesso aos serviços de saúde bucal na comunidade Cantinho, visando atender as

necessidades dos moradores de forma mais eficaz e conveniente. Promover a conscientização sobre a importância da saúde bucal e incentivar a realização de consultas regulares pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso, investir em programas de prevenção e educação em saúde bucal pode ajudar a reduzir a incidência de problemas dentários e promover hábitos saudáveis entre os moradores. É essencial haver um esforço conjunto entre os órgãos públicos, profissionais de saúde e a comunidade para garantir o acesso equitativo e adequado aos serviços odontológicos, promovendo assim o bem-estar e a saúde bucal de todos.

Quanto aos exames preventivos de câncer, é preocupante que 45,9% nunca tenham se submetido a tais procedimentos, evidenciando a necessidade de campanhas de sensibilização e facilitação do acesso a essas avaliações. Por outro lado, é animador observar que 40% realizaram exames preventivos de câncer no último ano, sugerindo um grau de conscientização sobre a importância da prevenção.

Esses dados ressaltam a relevância de programas educativos em saúde, campanhas de conscientização e políticas públicas direcionadas à promoção de hábitos saudáveis e à prevenção de doenças na comunidade. Investir em iniciativas que promovam o acesso à informação e aos serviços de saúde é crucial para garantir uma melhor qualidade de vida para todos.

2.5 MORADIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Desde 1938, no Brasil, foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 399, de 30 de abril de 1938, a composição dos itens essenciais da cesta básica. Esses componentes são considerados fundamentais para o desenvolvimento e manutenção da saúde humana, por fornecerem carboidratos, proteínas, óleos, vitaminas e minerais que são essenciais para os processos fisiológicos.

Além de regulamentar o Salário Mínimo, o Decreto n.º 399/38, que permanece em vigor, definiu treze itens alimentícios e suas quantidades mínimas que devem compor a cesta básica por um mês. O decreto também considerou a diversidade da alimentação regional do Brasil, estabelecendo variações na quantidade dos itens conforme as três regiões no qual o país foi dividido na época: Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de

Janeiro, Goiás e Distrito Federal; Região 2 – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão; e Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

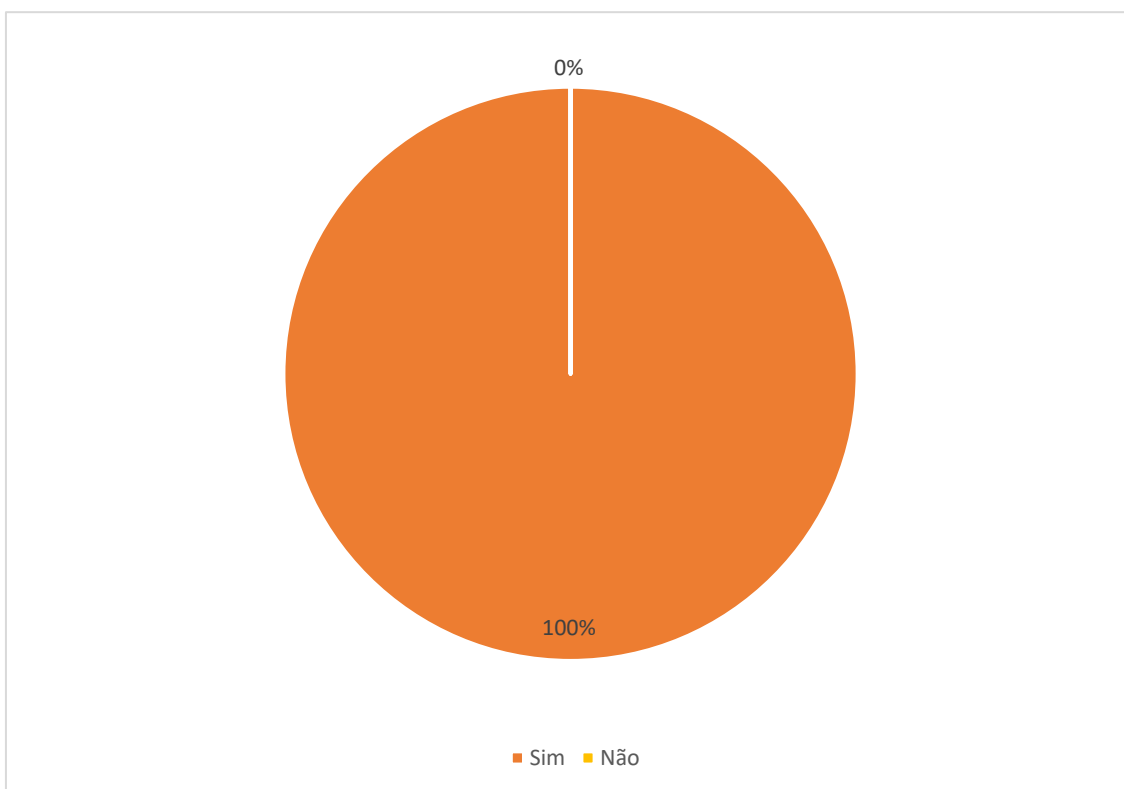
Tabela 11: Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei 399/38

ALIMENTOS	REGIÃO 1	REGIÃO 2	REGIÃO 3	NACIONAL
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão Francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em Pó	600 g	300 g	600 g	600 g
Frutas (Banana)	90 unid.	90 unid.	90 unid.	90 unid.
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 g	750 g	900 g	1,5 kg
Manteiga	750 g	750 g	750 g	900 g

Fonte: Diário Oficial da União (1938).

Embora praticamente todas as famílias tenham acesso aos alimentos que fornecem nutrientes essenciais como carboidratos, proteínas, fibras e óleos, é preocupante observar a escassez de acesso a alimentos ricos em vitaminas e minerais, notadamente as frutas. Conforme ilustrado no gráfico 8, apenas 5% das famílias relataram incluir frutas em sua dieta. Portanto, alguns fatores que podem ter relação e influenciar na dieta são: as questões culturais, as restrições de acesso às frutas na comunidade ou possíveis dificuldades financeiras, o que poderia impactar negativamente o acesso a outros grupos alimentares.

GRÁFICO 8: Quantitativo de famílias que fazem três refeições durante o dia



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Na pesquisa realizada, observamos que todas as famílias seguem as diretrizes do Guia Alimentar para uma Alimentação Saudável (2013)⁷ do Ministério da Saúde, realizando as três refeições diárias recomendadas, conforme o quadro 2.

QUADRO 2: Frutas – consuma três porções ao dia (uma porção = 70 kcal)

ALIMENTOS	1 PORÇÃO EQUIVALE A
Abacaxi	1 fatia
Ameixa-preta seca	3 unidades
Banana-prata	1 unidade
Caqui	1 unidade
Goiaba	1/2 unidade
Laranja-pêra	1 unidade
Maçã	1 unidade

⁷ Criado em 2006 (e reeditado em 2014) pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da Universidade de São Paulo (USP), o **Guia Alimentar da População Brasileira** é um material de domínio público e linguagem acessível com diretrizes sobre alimentação que visa promover a saúde de pessoas, famílias, comunidades e prevenir doenças crônicas não transmissíveis, como diabete, doenças do coração, entre outras. Ele traz informações e recomendações munidas de argumentos científicos, sendo uma publicação com premiações e reconhecimento internacional.

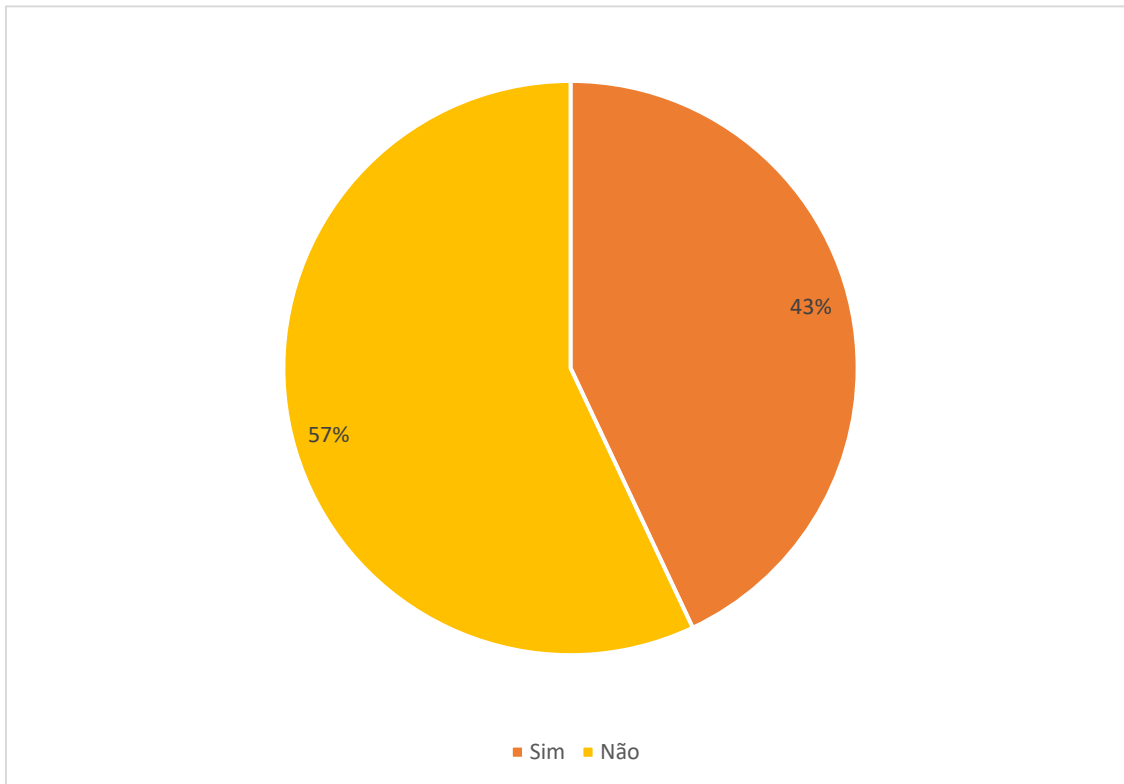
Mamão-papaia	1/2 unidade
Melancia	2 fatias
Sala de frutas (banana, maçã, laranja, mamão)	1/2 xícara de chá
Suco de laranja (puro)	1/2 copo de requijão
Tangerina/mexerica	1 unidade
Uva Comum	22 uvas

Fonte: Guia Alimentar (2013).

É imprescindível que a comunidade tenha acesso a alimentos variados e nutritivos, especialmente fontes de vitaminas essenciais para a saúde. Além disso, é fundamental fornecer orientações sobre como diversificar a alimentação de forma acessível, garantindo que todos tenham a oportunidade e todas as famílias não tenham dificuldades de acesso ao alimento.

Entretanto, embora os dados obtidos sejam limitados para determinar se cada membro da família está recebendo a quantidade nutricional adequada para seu desenvolvimento físico e intelectual, podemos inferir com base no gráfico 9 que a comunidade carece de alimentos ricos em vitaminas como as frutas.

GRÁFICO 9: Famílias que tiveram alguma dificuldade para comprar alimento nos últimos 2 anos

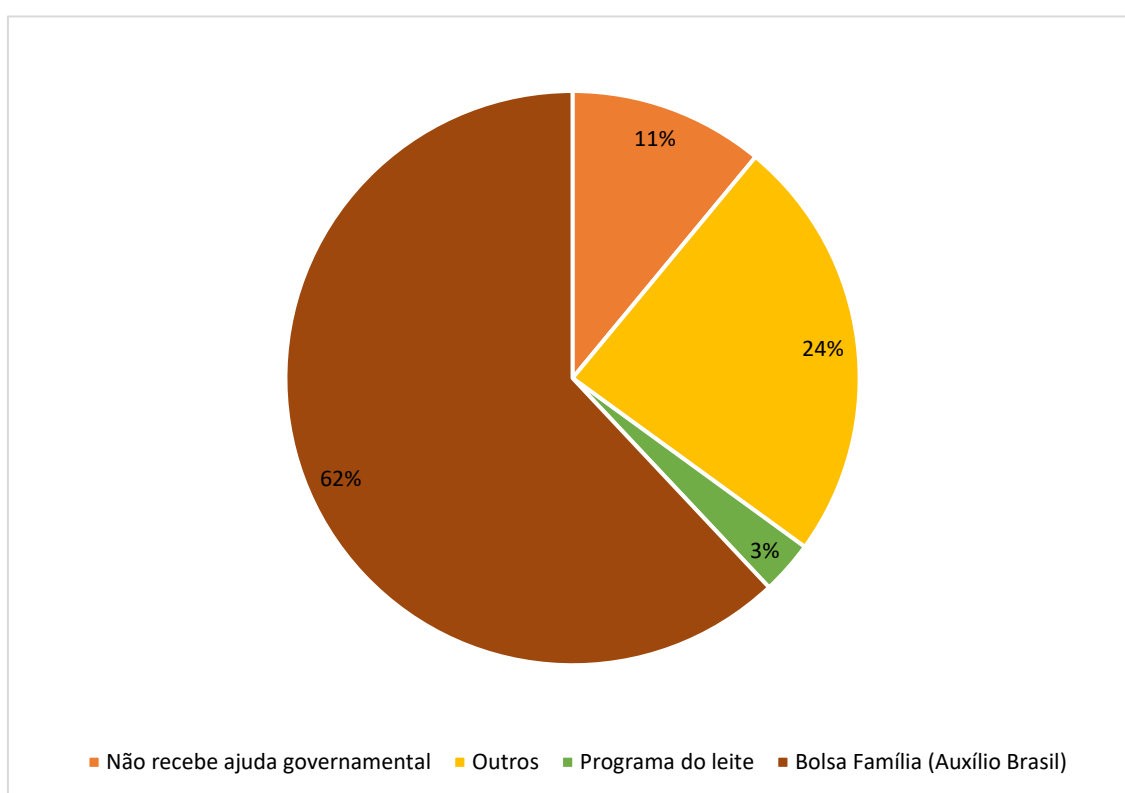


Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

No Gráfico 9, é observado que 43% das famílias enfrentaram dificuldades ao adquirir a cesta básica, agravadas possivelmente pela pandemia da COVID-19, desencadeada pelo novo Coronavírus descoberto em 2019 e oficialmente designado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como COVID-19.

É relevante estabelecer uma comparação entre os dados apresentados nos Gráficos 9 e 10, que revelam que 89% das famílias recebem auxílio de programas governamentais, sendo que 62% delas são beneficiárias do Programa Bolsa Família (Auxílio Brasil).

GRÁFICO 10: Famílias beneficiadas com programas governamentais



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Diante desse percentual significativo, é pertinente questionar se há um contingente maior de famílias enfrentando dificuldades na aquisição da cesta básica em decorrência desse programa ou se ele não está conseguindo cumprir seus objetivos fundamentais, que incluem combater a fome por meio da transferência direta de renda, interromper o ciclo de pobreza entre as gerações e promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, conforme estabelecido na Medida Provisória N.º 1164/23.

2.6 ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

As comunidades quilombolas têm sido historicamente reconhecidas como redutos de resistência e reivindicação de direitos sociais e territoriais. Estudos históricos demonstram que essas entidades sociopolíticas se estabeleceram e floresceram a partir de laços solidários, de parentesco e de compadrio entre as famílias residentes nas áreas remanescentes. Os membros desses grupos compartilham não apenas vínculos familiares e ancestrais quilombolas, mas também práticas de subsistência e convivência que sustentam sua coesão social (Cardoso, 2013; Bargas et al., 2015; Santos, 2008).

Gomes (2015) delinea que nas comunidades quilombolas são frequentemente observadas violações de direitos, abrangendo questões relacionadas à posse da terra, a segurança alimentar, a educação, a saúde, entre outras, devido a uma série de obstáculos que impedem esses grupos de acessarem as políticas públicas. Por outro lado, Macedo et al. (2021) salientam que as políticas de direitos das comunidades quilombolas têm enfrentado ameaças desde o impeachment de Dilma Rousseff. Os autores ressaltam que durante os mandatos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, houve uma notável fragilização dos sistemas de seguridade social e proteção dos direitos sociais dessas comunidades, em meio a uma tendência neoliberal e conservadora, que, associada a um racismo institucional, resultou em uma desestruturação das políticas públicas, gerando uma distribuição desigual dos benefícios advindos desses programas sociais.

Conforme Bargas et al. (2015), a politização do movimento de resistência quilombola desempenhou um papel fundamental na sobrevivência e reprodução desses grupos após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse processo conferiu caráter institucional às reivindicações das comunidades, obtendo reconhecimento nos âmbitos municipal, estadual e federal. A busca por direitos sociais e territoriais é uma constante no movimento quilombola, que se adaptou às transformações sociopolíticas ao longo do tempo, resultando na formação de diversas configurações, como associações de moradores, associações de agricultores e grupos de mulheres. Nesse contexto, as reivindicações evoluíram para incluir não apenas o reconhecimento do território, mas também a busca por acesso a serviços essenciais como saúde, educação,

infraestrutura viária, água potável e saneamento básico. Tais direitos são fundamentais para garantir uma vida digna aos cidadãos e promover seu bem-estar (Santos, 2008; Castro, 2017; Macedo et al., 2021; Dimenstein et al., 2020; Gomes et al., 2020).

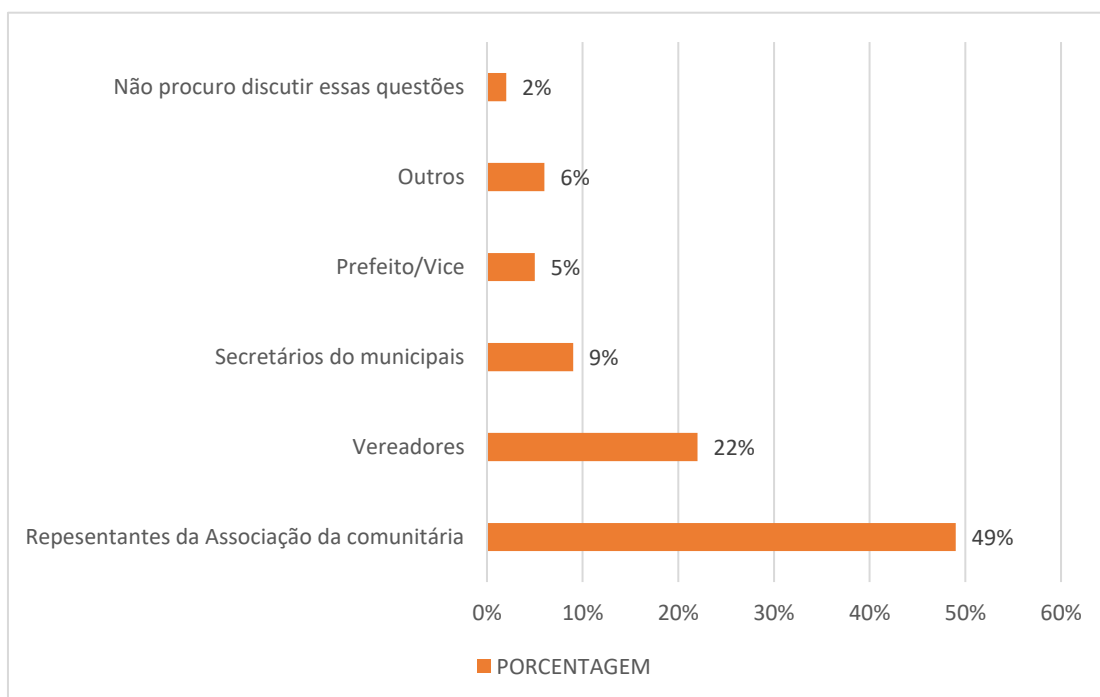
Conforme observado por Bargas et al. (2015) e Santos (2008), apesar das comunidades quilombolas terem obtido acesso aos direitos sociais, civis e políticos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da existência de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento dessas comunidades tradicionais, a sua representatividade política no âmbito institucional ainda é exígua. Muitas demandas desses grupos permanecem negligenciadas perante as autoridades públicas dos estados e municípios brasileiros. Assim, para tais reivindicações comunitárias serem atendidas, tornou-se imprescindível a formação de coalizões sociopolíticas e econômicas nesses espaços, a fim de garantir voz e representatividade junto às entidades governamentais.

As comunidades quilombolas frequentemente designam seus representantes locais para atuarem como porta-vozes do território. As lideranças são geralmente compostas pelos membros mais experientes e conhecedores das demandas locais, desempenham um papel fundamental como agentes políticos em prol da comunidade perante as autoridades públicas. São encarregados de buscar o cumprimento dos direitos sociais, civis e políticos dos residentes, além de defender as questões socioculturais e sociopolíticas do grupo, trabalhando para superar as barreiras que perpetuam a vulnerabilidade dessas populações. A representação desses grupos por meio de associações é legalmente reconhecida pelo poder público, simplificando a superação de obstáculos à inclusão e facilitando o acesso aos benefícios sociais oferecidos pelas instituições públicas (Macedo et al., 2021; Cardoso, 2013; Gomes et al., 2020; Dunck Dalosto et al., 2018).

A descrição apresentada pelos autores assemelha-se ao cenário observado na Comunidade Quilombola Cantinho de São João Batista, localizada no município de Serra Branca, na Paraíba. Durante a execução do censo com os moradores, constatou-se que a associação local desempenha um papel essencial na articulação das necessidades e demandas da comunidade. Ao questionar a quem os moradores recorrem para promover melhorias ou resolver questões na comunidade, 49% mencionaram buscar os representantes da

associação, 22% mencionaram os vereadores, 9% ainda tentam contactar os secretários municipais de Serra Branca, somente 5% já procuram o prefeito local, e, por último, 2% expressaram preferência por não discutir questões com esses agentes públicos. Esse cenário é ilustrado no gráfico 11 abaixo:

GRÁFICO 11: Representação da comunidade no setor público municipal de Serra Branca–PB



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

O levantamento revela que a maioria dos residentes da comunidade participa ativamente das reuniões da associação para debater melhorias coletivas. Mesmo os moradores de Serra Branca que possuem laços com grupos políticos partidários são convidados a participar de certos encontros. Com as entrevistas realizadas durante o censo, observou-se que grande parte dos programas sociais alcançaram a comunidade devido a solicitações da associação local ou parcerias estabelecidas com associações de comunidades vizinhas. A representação local desempenha um papel fundamental na expressão das necessidades dos quilombos para além dos limites da comunidade, o que se evidencia nas opiniões compartilhadas sobre essas reuniões. De forma unânime, os participantes as consideram de extrema relevância, pois nelas são abordados temas variados, desde demandas internas

e externas da comunidade até eventos voltados à socialização e celebrações culturais do próprio grupo.

Santos (2013) enfatiza a significância das articulações sociopolíticas e econômicas nas comunidades para sua própria continuidade social e cultural. Esses espaços não apenas representam a cultura quilombola, mas também funcionam como locais de reivindicação por equidade social e racial, especialmente em regiões onde quilombos enfrentam condições precárias, abandono e isolamento. Tais associações promovem a vigilância com relação a situações de desrespeito, discriminação racial, exclusão social, preconceito, injustiças e violações de direitos sociais, civis e políticos (Gomes et al., 2020; Cardoso, 2013).

Efetivamente, ao consultarmos os residentes da comunidade quilombola Cantinho sobre as principais temáticas abordadas nas reuniões e encontros da associação local, destacaram-se tópicos como: a autoidentificação — negro/quilombola, discussões acerca do racismo, acesso aos direitos civis, sociais e políticos, questões relacionadas à posse de terras, bem como acesso a serviços de saúde, educação, segurança alimentar, água e segurança. Além disso, abordaram-se assuntos políticos e temas ligados à identidade e aos direitos quilombolas. Na tabela a seguir, é possível visualizar algumas pautas mencionadas durante a aplicação do questionário:

TABELA 12: Pautas mencionadas nas reuniões

PAUTAS	RESPOSTAS
Identidade e direitos quilombolas	25
Questões políticas	12
Questões sobre saúde, educação, segurança alimentar, acesso à água e segurança	25
Questões de acesso à terra	20
Acesso a direitos civis, sociais e políticos	20
Racismo	16
Questões a respeito da autoidentificação	35

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Conforme destacado por Bargas et al. (2015), as configurações sociopolíticas presentes nas comunidades quilombolas desempenham um papel

crucial como espaços de representação simbólica. Elas não apenas ampliam a visibilidade das demandas dessas comunidades, mas também atuam como mediadoras de conflitos internos que surgem no próprio grupo. Ademais, as associações têm a responsabilidade de pleitear a inclusão das comunidades em programas sociais e econômicos das políticas públicas.

Os moradores do Cantinho relataram ter se beneficiado de diversos programas sociais do governo. É notável o impacto positivo que essas políticas públicas tiveram na comunidade, proporcionando oportunidades de desenvolvimento e bem-estar para os moradores. Através do apoio governamental, muitos puderam superar dificuldades e construir um futuro mais promissor. Este engajamento dos moradores com os programas sociais reflete a importância de políticas inclusivas e solidárias para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na tabela abaixo, é possível observar quais políticas públicas os moradores do Cantinho afirmam ter acesso:

TABELA 13: Políticas públicas que a comunidade tem acesso

POLÍTICAS PÚBLICAS	RESPOSTAS
Políticas de saúde	26
Políticas de assistência social	14
Políticas de transferência de renda	12
Políticas de cuidado ambiental	03
Políticas hídricas / acesso à água	20
Políticas de segurança alimentar	5
Políticas voltadas a agricultura	20
Outras	02

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

A maioria dos respondentes ao censo afirmou ter tido contato com pelo menos um beneficiário de programas sociais em suas famílias. Quando questionados sobre as políticas públicas disponíveis para os moradores da comunidade do Cantinho, em Serra Branca, os resultados foram os seguintes: 26 mencionaram políticas de saúde, 20 destacaram políticas relacionadas à questão hídrica e ao acesso à água, 20 referiram-se a políticas direcionadas à agricultura familiar, 14 mencionaram políticas de assistência social, 12 tiveram

acesso a políticas de transferência de renda, 05 receberam concessões de cestas básicas por meio de políticas de segurança alimentar, e 03 mencionaram políticas ambientais.

Embora as famílias tenham tido acesso a algumas políticas, é evidente que as condições de vida dessas pessoas não apresentaram melhorias substanciais. Elas continuam a enfrentar diversas vulnerabilidades sociais e econômicas. Por exemplo, no Cantinho, durante as interações com os moradores, notamos que, embora a comunidade conte com um posto de saúde, a falta de equipamentos adequados limita os serviços prestados, sendo a presença de um médico apenas uma vez por mês. A carência de equipamentos impede a oferta de um atendimento médico/hospitalar de qualidade local, obrigando os residentes a se deslocarem para cidades vizinhas, como Sumé–PB, Serra Branca–PB e Campina Grande–PB, para receberem assistência médica.

Para analisar a eficácia das políticas públicas na comunidade quilombola Cantinho, é essencial estabelecer correlações entre diversas áreas, tais como trabalho, vida comunitária, acesso a serviços públicos, direitos sociais, segurança alimentar e nutricional, e renda (Dimenstein et al., 2020). Embora os obstáculos limitem o acesso da comunidade a certos programas sociais, é observável que a população local é composta majoritariamente por idosos em vez de jovens, sendo estes os principais provedores financeiros das famílias. Suas fontes de renda incluem programas sociais como o Bolsa Família, aposentadorias, atividades agrícolas e a venda de alguns itens básicos. Por outro lado, os moradores mais jovens são obrigados a deixar a comunidade em busca de emprego na cidade de Serra Branca–PB, ou em áreas circunvizinhas.

Conforme ressaltado por Gomes et al. (2020) e Cardoso (2013), a migração dos residentes em busca de oportunidades em outras localidades é atribuída à carência de políticas públicas eficazes na comunidade. A ausência de investimentos e estímulos para o desenvolvimento local leva as pessoas a procurarem oportunidades em outros locais. A falta de investimento financeiro para fomentar emprego e renda na comunidade é uma preocupação dos moradores. Este cenário ocasiona um esvaziamento da população jovem na comunidade de Cantinho, resultando em uma predominância de idosos. Em alguns relatos, mães mencionam que seus filhos, após concluírem os estudos,

optam por permanecer em Serra Branca para trabalhar, formar suas famílias e não retornam. Apesar de manterem contato com seus familiares e ainda visitarem a comunidade, observa-se um distanciamento progressivo dessas pessoas em relação às questões que envolvem o grupo remanescente.

Com a sub-representação das comunidades quilombolas no âmbito político, estas enfrentam carências de apoio, resultando em exclusão e isolamento do grupo (Bargas et al., 2015). Os moradores de Cantinho expressam a necessidade de uma intervenção mais efetiva por parte das autoridades públicas de Serra Branca para promover o desenvolvimento local, visando a retenção dos jovens na região, evitando que busquem oportunidades de emprego fora para subsistir. Eles identificaram áreas prioritárias que poderiam aprimorar a qualidade de vida dos remanescentes da comunidade. Quando questionados sobre os setores que demandam maior atenção em sua localidade, destacaram: saúde, educação, agricultura familiar, acesso à água, emprego e renda, defesa do direito à terra, moradia, saneamento básico, assistência social, segurança alimentar e segurança pública. A análise da frequência das menções a cada um desses elementos está disponível na tabela a seguir:

TABELA 14: Setores que precisam de mais atenção na comunidade

SETORES	RESPOSTAS
Educação	24
Saúde	30
Emprego/Renda	19
Saneamento básico	17
Assistência social	17
Acesso hídrico	20
Segurança alimentar	12
Segurança civil	10
Apoio à agricultura familiar	23
Moradia	17
Defesa do direito à terra	18
Outras	01
Nenhuma das alternativas anteriores	01

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Os direitos fundamentais, tais como saúde, educação e o suporte à agricultura familiar — que ainda representa uma das principais fontes de renda das famílias na comunidade quilombola Cantinho São João Batista — são enfatizados, conforme evidenciado na tabela acima. Entretanto, relatos dos moradores destacam a baixa escolaridade correlacionada à escassez de instituições educacionais na região, resultando diretamente na falta de oportunidades de emprego. Além disso, a deficiência no atendimento hospitalar, a ausência de apoio social e a carência de investimento na agricultura familiar contribuem para a sensação de abandono e isolamento da comunidade pelas autoridades locais.

Os moradores frequentemente ressaltam que a carência de acesso aos serviços de saúde na comunidade é a principal fonte de inquietação e descontentamento em relação à gestão municipal. Eles apontam que os atendimentos mensais têm se mostrado insuficientes para suprir as necessidades de saúde dos residentes. Esse cenário, somado à ausência de serviços essenciais como saúde e educação na comunidade e à escassez de oportunidades de emprego, resulta na migração dos jovens para fora da região. Conseqüentemente, conforme observado por Santos (2008), a saída dos jovens do território, sem perspectiva de retorno, ameaça a identidade e a herança cultural negra do grupo quilombola do Cantinho após o falecimento das gerações mais antigas.

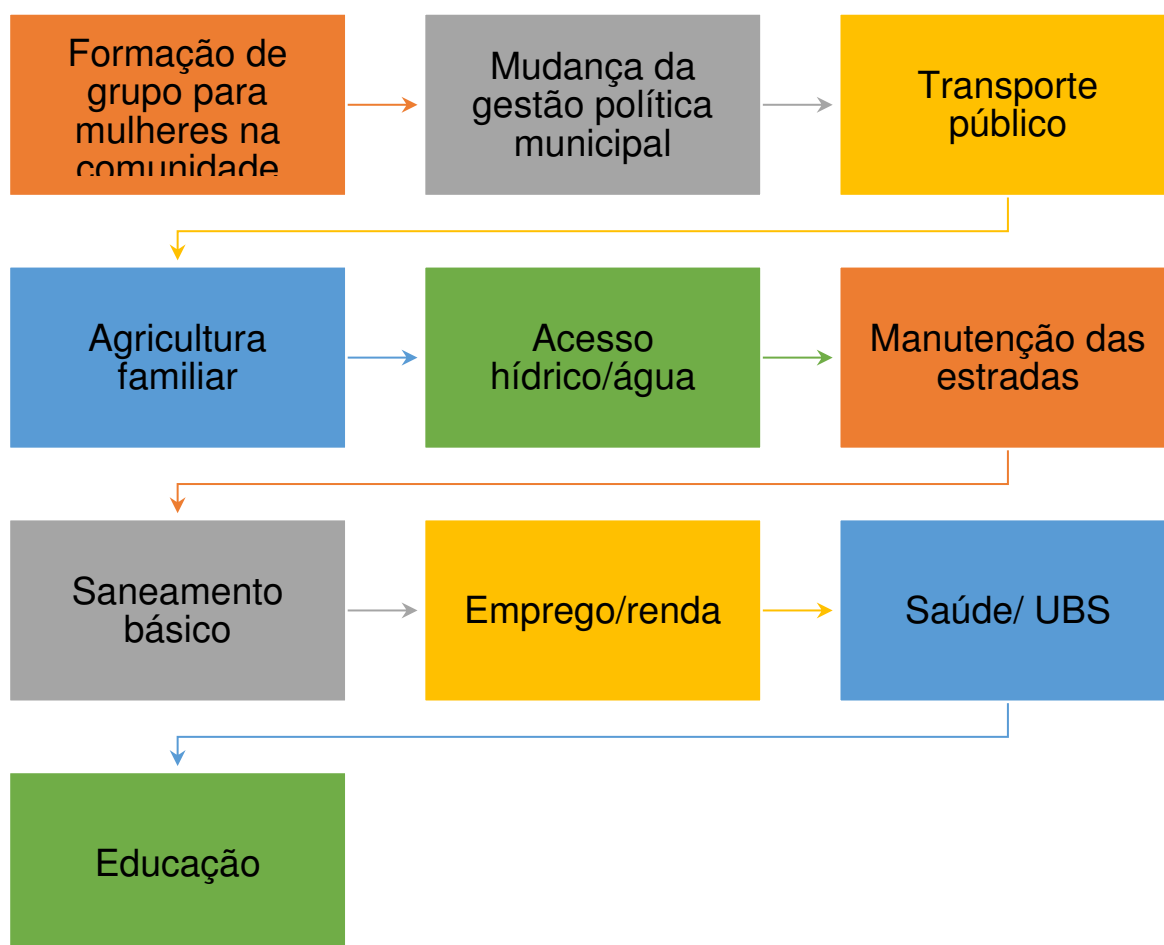
A análise deste censo revela diversas demandas sociais, econômicas e políticas que demandam atenção no Cantinho, especialmente devido à fragilidade no acesso e na implementação dos programas sociais destinados à região. Conforme destacado por Gomes et al. (2020) e Santos (2008), a ineficácia das políticas públicas voltadas aos povos quilombolas e a persistência de condições precárias de vida revelam a presença de um racismo estrutural que ainda afeta essas comunidades, mesmo após a implementação do Programa Brasil Quilombola, que visa garantir o acesso dos quilombolas a direitos básicos como saúde, educação, moradia, segurança alimentar, entre outros.

Santos (2008), salienta a questão do “Não lugar social” enfrentada pelos quilombolas, destacando a discrepância entre as políticas públicas existentes, que teoricamente visam beneficiar essas comunidades, e a realidade vivenciada nos territórios. Muitas vezes, a sobrevivência dessas populações depende

exclusivamente de redes de apoio e solidariedade internas. Para o autor, o problema não reside na ausência de políticas públicas, mas sim na má gestão da execução das políticas já existentes. A existência desses programas sociais não garante necessariamente o acesso efetivo da comunidade a esses benefícios.

Ao serem questionados sobre os setores nos quais a administração municipal de Serra Branca–PB poderia melhorar ou implementar na comunidade para elevar a qualidade de vida, os moradores da comunidade quilombola Cantinho listaram diversos setores que necessitam urgentemente de atenção. Conforme a figura 3 abaixo:

FIGURA 3: Setores que poderiam melhorar a vida da comunidade



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Os relatos dos moradores destacam a necessidade de melhorias significativas na saúde e educação, seguidas pela necessidade de manutenção das estradas e acesso à água potável. É imperativo que o poder público em Serra Branca atente para as demandas da comunidade, conforme percebidas pelos próprios membros envolvidos no ambiente local (Santos, 2008). No setor da saúde, há clamor por aprimoramentos nos serviços hospitalares oferecidos na unidade básica de saúde da comunidade, e, adicionalmente, a população sugere a expansão dos tratamentos disponíveis, incluindo serviços odontológicos. Solicita-se que o poder público aumente a frequência dos atendimentos médicos na comunidade ou facilite os deslocamentos dos pacientes para os centros hospitalares em Serra Branca–PB, visando amenizar os desafios enfrentados por aqueles que necessitam de cuidados médicos contínuos.

O progresso social e econômico da comunidade é favorecido pela otimização de suas estruturas internas (Navas et al., 2014). Os residentes do Cantinho ressaltam frequentemente a deterioração das estradas que conduzem à comunidade, especialmente durante períodos chuvosos. Ao serem questionados sobre ações que poderiam melhorar a qualidade de vida na região, destacam a importância da manutenção das vias de acesso (incluindo passagens molhadas e terraplanagem), a construção de reservatórios adicionais (cisternas), poços e barragens para aprimorar o abastecimento de água nas residências locais. Para aprimorar a educação, propõem instalar uma escola para crianças e jovens no Cantinho. Essas iniciativas, aliadas ao desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar para fomentar emprego e renda localmente, facilitam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, sem a necessidade de deixar a comunidade. Conforme observado por Navas et al. (2014), a ausência de renda estável nas famílias locais, aliada à escassez de serviços básicos, contribui para o esvaziamento do território.

As vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos residentes do Cantinho, somadas à escassez de apoio dos órgãos públicos de Serra Branca, geram um sentimento de desamparo e desproteção em relação ao governo municipal. De acordo com Dimenstein et al. (2020), a concentração de diversas desigualdades sociais em uma área geograficamente distante dos serviços essenciais, como educação, saúde, assistência social, emprego e lazer, reforça a percepção de

isolamento, marginalização e abandono dos quilombolas pelo Estado, entidade responsável por sua proteção.

É imprescindível que o Estado garanta os direitos básicos dos quilombolas: 1) a terra como fonte de renda e reprodução social e cultural; 2) a regularidade dos atendimentos de saúde na comunidade; 3) a implementação de escolas que ofereçam educação de qualidade para crianças e jovens no contexto local; 4) a garantia de moradias dignas e seguras para todos os moradores; 5) a execução de projetos para a recuperação das vias de acesso à região; 6) a criação e implementação de iniciativas de saneamento básico e acesso à água potável para promover a saúde nas comunidades quilombolas; 7) a promoção de ações de recuperação e preservação ambiental pelos órgãos públicos; e 8) o estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar como meio de gerar emprego e renda para os quilombolas. A efetiva implantação dessas políticas deve visar à promoção do bem-estar, lazer e qualidade de vida nas comunidades quilombolas.

2.7 EDUCAÇÃO

Os resultados referentes ao eixo Educação evidenciam os desafios e as barreiras de acesso à educação formal enfrentados pela comunidade Quilombola Cantinho de São João Batista. De acordo com Ana Lucia Lopes (2007), as comunidades quilombolas contemporâneas priorizam questões como a posse da terra, a identidade étnica e quilombola, a sustentabilidade econômica, a saúde e a educação.

Nesse contexto, o eixo educacional aborda informações que abrangem o deslocamento para a escola, o acesso à internet e aos equipamentos de informática, bem como o nível de escolaridade da população. Além disso, são analisadas as perspectivas de emprego e formação educacional para os jovens quilombolas após a conclusão do ensino médio, último ciclo da educação básica.

2.7.1 Condições de acesso à educação

O grupo de pesquisa realizou sua primeira visita à comunidade Quilombola Cantinho em dezembro de 2022, sendo recebido pelo presidente e

vice-presidente da Associação Comunitária, juntamente com os moradores, nas instalações da sede da Associação. Essa sede, localizada nas antigas dependências da Escola Severino Anastácio, consiste em uma sala equipada com bancos de madeira, lousa e mesa.

Segundo relatos dos moradores, a Escola Severino Anastácio, estabelecida em 1982, foi fechada aproximadamente vinte anos atrás devido a cortes orçamentários na educação municipal. Durante a visita, os representantes da Associação expressaram seu apoio à reabertura da escola e indicaram que já haviam apresentado essa demanda às autoridades municipais, especificamente à Secretaria de Educação de Serra Branca. No entanto, até o momento, não obtiveram avanços significativos em relação a essa questão.

As crianças e jovens da comunidade do Cantinho enfrentam a ausência de acesso à educação formal em seu território, especialmente no contexto da Educação Escolar Quilombola, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012). Essas diretrizes enfatizam que a Educação Escolar Quilombola deve ser ministrada no território quilombola, por profissionais qualificados e seguindo uma abordagem educacional contextualizada que valorize a diversidade étnico-cultural das populações afrodescendentes.

De acordo com Campos e Gallinari (2017), a Educação Escolar Quilombola desempenha um papel fundamental na construção de uma identidade positiva para jovens e crianças quilombolas, sobretudo em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades e discriminações raciais. A situação educacional no Cantinho reflete a realidade nacional. Dados apresentados por Silva et al. (2020), com base no último Censo Escolar Quilombola (2020) realizado pelo Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em colaboração com instituições parceiras, revelam que o Brasil conta com 2.526 escolas quilombolas, em contraste com cerca de 5.972 localidades quilombolas em todo o país (IBGE, 2019).

Com a inexistência de uma escola na comunidade, as crianças precisam se deslocar para a cidade. A distância até a escola é de trinta minutos, com paradas em outras localidades, resultando em um tempo total de deslocamento de até uma hora por meio de transporte público. Quanto ao tempo destinado aos

estudos e à leitura em casa, praticamente todos os entrevistados que têm filhos afirmaram que as crianças dispunham de tempo para estudar. Além disso, todos os participantes com filhos mencionaram que as crianças em idade escolar não desempenhavam atividades remuneradas, o que sugere que dispõem de tempo adequado para os estudos.

A disponibilidade de acesso à internet e de equipamentos de informática varia na comunidade. Durante a realização do questionário online, utilizamos a conexão de internet das residências dos moradores, uma vez que a cobertura de rede celular é limitada no local. A maioria das casas possui acesso à internet, com exceção de duas residências. O acesso à internet é predominantemente feito por meio de telefones celulares, presentes em 94,6% das residências, enquanto somente 8,1% possuem computador.

A inclusão digital compreende o acesso à informação na era digital, bem como aos dispositivos necessários para tal, demandando, ainda, uma capacitação contínua para sua utilização nas atividades cotidianas atuais (Silva, 2005). Portanto, a falta de acesso ou o acesso limitado às tecnologias de informação utilizadas na educação formal representa uma lacuna na cidadania dos moradores do Cantinho. Diante desse cenário, o acesso à educação durante a pandemia de Covid-19 foi prejudicado para as crianças e jovens da comunidade.

Durante o período da escravidão no Brasil, a educação formal das populações negras foi sistematicamente negada ou dificultada (Campos e Gallinari, 2017). Esses autores também apontam que, atualmente, as populações negras do país encontram-se em uma situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, com baixo nível de instrução, reflexo do legado escravista no Brasil, esta informação reflete a realidade da comunidade pesquisada.

No próximo tópico, discorreremos sobre o nível de escolaridade dos moradores do Cantinho e a relevância da educação formal para as perspectivas futuras dos jovens quilombolas.

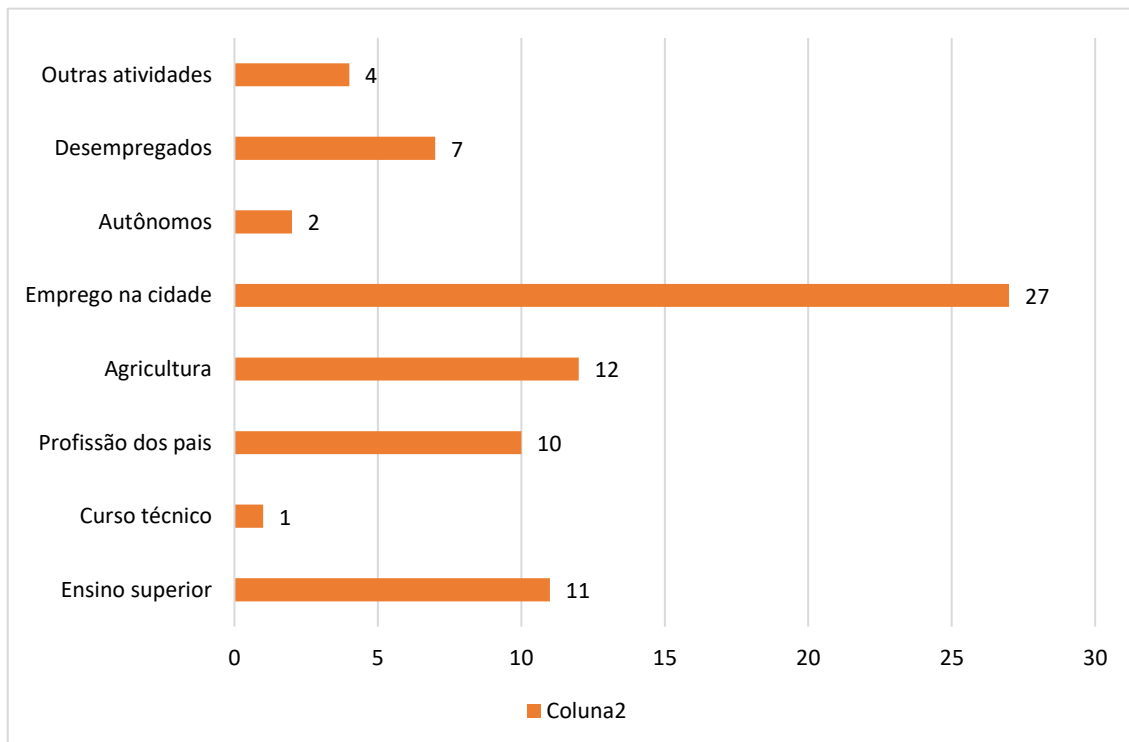
2.7.2 Escolarização e as perspectivas de futuro para os jovens quilombolas

Com base nos dados coletados em um grupo de 93 residentes, foi constatado que 04 são analfabetos, 48 possuem ensino fundamental incompleto, 15 têm ensino médio incompleto, 15 concluíram o ensino médio, 05 têm ensino superior incompleto, 02 concluíram o ensino superior, e nenhum alcançou a pós-graduação. Dessa forma, observa-se que a maioria dos habitantes do quilombo Cantinho, cerca de 67 residentes, não concluíram o ensino médio, enquanto um grupo reduzido ingressou ou completou o ensino superior.

Durante as entrevistas realizadas, especialmente com os moradores mais idosos, foram mencionadas experiências de evasão escolar devido ao trabalho infantil realizado em tenra idade. Conforme os dados levantados, aproximadamente 54% dos residentes de Cantinho sobrevivem com uma renda mensal variando de R\$ 780,01 a R\$ 1.300,00, tendo como principais fontes de renda a aposentadoria, a agricultura familiar e os programas sociais de transferência de renda. A histórica situação de vulnerabilidade socioeconômica das comunidades negras impacta significativamente o acesso à educação (Arruti, 2014; Campos e Gallinari, 2017).

A condição socioeconômica dos habitantes da comunidade Cantinho influencia frequentemente as opções disponíveis para os jovens. Segundo os moradores, a maioria dos jovens busca emprego na cidade, enquanto alguns continuam trabalhando como agricultores, tentam ingressar no ensino superior, seguem a profissão dos pais na agricultura, enfrentam o desemprego, tornam-se autônomos, ingressam em cursos técnicos, e outros estão em diferentes situações, conforme ilustrado no gráfico 12 abaixo:

GRÁFICO 12: Atividades realizadas pós-ensino médio



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo Quilombola nas comunidades do cariri paraibano realizado pelo NEPEC (2023).

Estes dados evidenciam uma problemática frequentemente debatida acerca da permanência dos jovens camponeses e quilombolas no campo. Essa questão está intimamente ligada à transição de uma cultura de mera subsistência (Moura, 2007), a qual também contribui para o crescente êxodo rural dos jovens em direção às oportunidades urbanas. De acordo com Glória Moura (2007), as comunidades remanescentes de quilombos contemporâneas almejam conciliar a superação da cultura de subsistência com a preservação dos valores tradicionais. A autora argumenta:

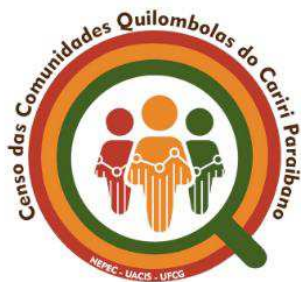
Hoje, os quilombolas buscam superar a prática da cultura de subsistência e acreditam na possibilidade de sobreviver respeitando os costumes do passado e os valores ancestrais, procurando estratégias de desenvolvimento sustentável, na perspectiva de garantia de vida digna (2007,p. 4).

Para alcançar esse objetivo, é crucial fortalecer as políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Isso proporcionará aos jovens que optarem por essa trajetória a oportunidade de permanecer no campo e, ao mesmo tempo, de se qualificar por meio do ensino superior e/ou técnico.

O acesso às políticas de ações afirmativas é de extrema importância tanto para ingressar quanto para permanecer no ensino superior. Um exemplo emblemático é a Lei n.º 12.711/2012, que reserva 50% das vagas em universidades públicas e institutos federais para autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência ou de baixa renda. Além disso, o Programa de Bolsa Permanência (PBP) atua em conjunto com as políticas de cotas raciais e sociais, contribuindo para reduzir as disparidades sociais no acesso e na permanência de estudantes quilombolas e indígenas no ensino superior, por meio de bolsas mensais.

A educação na Comunidade Remanescente de Quilombo Cantinho de São João Batista abrange questões relacionadas ao acesso à educação formal, ao nível de escolaridade da população e às perspectivas futuras dos jovens que concluem o ensino médio. Embora a maioria das residências disponha de acesso à internet banda larga e telefone móvel, apenas duas residências possuem computador.

O nível de escolaridade da população do Cantinho é significativamente baixo, sendo que grande parte dos moradores não concluiu o ensino fundamental ou médio, e uma parcela mínima prosseguiu para o ensino superior. Os jovens que finalizam o ensino médio, em sua maioria, refletem a convergência e o encadeamento de eventos e processos históricos e sociais dinâmicos e complexos cuja combinação imprevisível e não planejada refletem configurar escolhas desses sujeitos diante do processo histórico a desenvolver ocupações informais na cidade ou permanecerem envolvidos em atividades agrícolas no campo assim como os seus ancestrais (Nazário, 2020).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida cotidiana não se resume a uma mera repetição, mas a um ato de invenção, conforme destacado por Certeau (1998). Nessa perspectiva, seguindo os ensinamentos de Malinowski, é imperativo resgatar os acontecimentos significativos e coloridos do cotidiano. A pesquisa realizada na comunidade remanescente de quilombo Cantinho tornou-se um cenário vibrante, por ser no cotidiano que se desenrolam narrativas de vida, ou seja, interações socioculturais em constante evolução ao longo do tempo, onde se forjam saberes coletivos que compõem o que Little (2002) denominou de uma cosmografia. Dessa forma, experiências temporais de intervenção e relações moldam o espaço, conferindo-lhe significados singulares e preenchendo suas camadas de história (Souza, 2014). A partir dessa experiência heterogênea de interação com o território, impulsionada pela diversidade sociocultural do Brasil, revela-se uma notável diversidade fundiária, exemplificada, em parte, pelas comunidades remanescentes de quilombos, que possuem abordagens particulares de interação com os ambientes geográficos (Litte, 2002; Arruti, 2006).

O Censo Quilombola no Cariri Paraibano, realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Etnicidade e Cultura (NEPEC), vinculado a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), conduzido na Comunidade Quilombola Cantinho de São João Batista, representa uma ferramenta crucial para coletar dados que visam identificar e registrar as comunidades remanescentes de quilombos na região. Esse censo visou primordialmente reconhecer e valorizar a história, cultura e identidade dessas comunidades, além de subsidiar políticas públicas que fomentem a inclusão social e o desenvolvimento sustentável dessas localidades.

Durante o censo, foram coletadas informações acerca da população quilombola, suas condições de habitação, acesso a serviços de saúde, educação, saneamento básico, entre outras áreas relevantes. Esses dados serão essenciais para embasar a formulação de políticas específicas que atendam às necessidades dessas comunidades, garantindo seus direitos e fomentando a equidade de oportunidades para todos.

A preservação da cultura quilombola é um objetivo primordial para enaltecer a diversidade étnica e cultural do nosso país. Por meio do Censo

Quilombola no Cariri Paraibano, nas comunidades quilombolas de Serra Branca–PB, é possível desenvolver estratégias que garantam o reconhecimento e respeito às tradições, conhecimentos e experiências dessas comunidades. Além disso, a coleta de dados oferece subsídios para a implementação de políticas públicas eficazes, visando assegurar o acesso a direitos básicos e promover a justiça social.

É relevante salientar que o censo não se restringe a números e estatísticas, mas representa um instrumento de empoderamento e visibilidade para os povos quilombolas do Cantinho. Expor, reconstruir e dar cor ao local são etapas preparatórias para analisar a situação do território, destacando, sobretudo, as dinâmicas sociais e ressaltando as condições nas quais esses novos sujeitos de direitos, os remanescentes de quilombolas, estão inseridos na sociedade brasileira, com suas características singulares que geram laços socioculturais e históricos, onde a conquista do território representa a concretização de um projeto de liberdade renovado a cada geração que cultiva a terra e constrói as bases de sua sustentação material e social. Portanto, sublinhamos que garantir o acesso aos direitos sociais — educação, saúde, assistência social e lazer — é fundamental para consolidar a condição de cidadania dos sujeitos quilombolas do Cantinho.

Em suma, reiteramos que o território é a peça-chave que desencadeia a emergência de um sentimento de pertencimento, fundamental na construção da identidade étnica, onde os sujeitos inicialmente se veem como parte de um local onde sua ancestralidade, pais e eles mesmos, com seus descendentes, habitam. Desta forma, um grupo étnico se configura como uma comunidade política-organizacional gerada a partir de determinadas interações sociais que possuem um caráter dinâmico. Nesse contexto de relações, em que a etnicidade corresponde à ação dos indivíduos motivada por comportamentos de ordem racional-afetiva, a vida cotidiana não se traduz em mera repetição mecânica, mas no espaço de criação das condições fundamentais para nos tornarmos humanos. Nessa relação entre território e identidade étnica, ocorre a atualização das experiências do passado sob a ótica do presente, guiada por uma memória afetiva em que cada recanto, curva, encosta e vale da terra denominada Cantinho possui uma narrativa entrelaçada nas histórias de vida de cada indivíduo na comunidade.

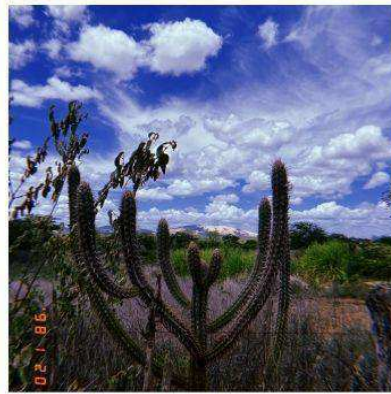


MEMÓRIAS FOTOGRAFICAS

20
24

Através da fotografia, compartilhamos nosso olhar da Comunidade Cantinho de São João Batista durante a realização do questionário do Censo quilombola, juntamente com algumas atividades realizadas ao longo dos 10 anos do Núcleo de Pesquisa em Etnicidade e Cultura (NEPEC - UFCG).









REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus–AM: PGSCA–UFAM, 2008.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos: geografia africana, cartografia étnica e territórios tradicionais.** Brasília–DF: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola.** Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3454>>. Acesso em: 07 set. 2023.

ALVES, Beatriz da Silva. **Quilombo Cantinho de São João Batista: história, território e parentesco (Monografia).** 2023. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/30345>. Acesso em: 26 de fev. de 2024.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e.; cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 10, n. 2, p. 469–488, maio–ago. 2015.

BRASIL. **Bolsa Permanência — Apresentação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **LEI n.º 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n.º 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 — **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Brasília: CNE, 2012

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 8, de 20 de novembro de 2012 — **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Brasília: CNE, 2012.

CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil/Quilombola school education and quilombola schools in Brazil.** REVISTA NERA, [S. l.], n. 35, p. 199–217, 2017.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e... Reconhecimento e organização política quilombola na luta por território na Ilha do Marajó (PA). **DOSSIÊ RURAL-DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO RURAL;** Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 14, n.2, p.93–107, jul./dez. 2013, ISSN 1518-0689.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. A luta pela terra como luta por direitos: desafios e perspectivas das comunidades tradicionais no campo brasileiro. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 4, n. 1, jan./abr. 2017.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Vol. 1. Petrópolis–RJ: Vozes, 1998.

DIMENSTEIN, Magda; BELARMINO, Victor Hugo; MARTINS, Maria Emanuely; DANTAS, Candida; MACEDO, João Paulo; LEITE, Jáder Ferreira; ALVES FILHO, Antonio. Desigualdades, Racismos e Saúde Mental em uma comunidade Quilombola Rural. Amazônica – **Revista de Antropologia**, volume 12 (1) | 205 – 229 | 2020.

DINIZ, Wagner Berto dos Santos. **Antropologia e Direito**: realidade fundiária nas Comunidades Quilombolas em Livramento–PB. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Unidade Acadêmica de Ciências Sociais-UACIS/CDSA, Universidade Federal de Campina Grande. Sumé–PB, 2018.

DUNCK DALOSTO, Cássius; DUNCK DALOSTO, João Augusto. POLÍTICAS PÚBLICAS E OS QUILOMBOS NO BRASIL: da Colônia ao Governo Michel Temer. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 22, núm. 1, 2018, Enero-Junio, pp. 545-564, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil.

GOMES, Daiane de Oliveira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; BRANDÃO, Wanessa Nhayara Maria Pereira; Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 317-326, maio/ago. 2020 ISSN 1982-0259.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quilombolas no Brasil**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>. Acesso em: 09 ago. 2023

LOPES, Ana Lúcia. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Kalunga, escola e identidade – experiências inovadoras de educação nos quilombos**. Boletim 10, julho de 2007. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia 322**. Brasília, 2002.

MACEDO, João Paulo; DANTAS, Candida; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder Leite; ALVES FILHO, Antônio; BELARMINO, Victor Hugo. Condições de vida, acesso às políticas e racismo institucional em comunidades quilombolas. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 14(1), 2021. e15488.

MARTIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Quilombolas na Ilha de Marajó: Território e Organização Política. NEAD-Diversidade _campesinato_v1_(FINAL).indd 209.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. D.O da União–DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1109<1-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 set. 2023.

MOURA, Glória. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Proposta Pedagógica**. Boletim 10, julho de 2007. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo; Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica. **REVISTA NERA** – ANO 17, n.º 25 – JULHO/DEZEMBRO DE 2014 – ISSN: 1806-6755.

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria; POLÍTICAS PÚBLICAS E QUILOMBOLAS: QUESTÕES PARA DEBATE E DESAFIOS À PRÁTICA EXTENSIONISTA. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PGE_xR – CCR – UFSM, Ano XV, nº 16, jul – Dez. De 2008.

SEMDH, Secretária de Estado da Mulheres e Diversidade Humana da Paraíba. **Guia de enfrentamento ao racismo e fortalecimento da rede de promoção da igualdade étnico racial da paraíba**. Paraíba, v.01, n.1, 2023.

SILVA, Helena *et al.* **Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania**. Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005.

SILVA, Jéssica Kallyne Arruda. **Memória de velhos no quilombo Vila Teimosa**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Unidade Acadêmica de Ciências Sociais-UACIS/CDSA, Universidade Federal de Campina Grande. Sumé–PB, 2018.

SILVA, Rosana de Medeiros. **Meu barro é de Lagoinha: trajetórias de vida e experiências cotidianas de mulheres quilombolas**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Unidade Acadêmica de Ciências Sociais-UACIS/CDSA, Universidade Federal de Campina Grande. Sumé–PB, 2018.

SOUZA, Wallace G. Ferreira. **Família, território e espiritualidade: uma etnografica de Caiana dos Crioulos-PB (Tese)**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PPGCS, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, 2014



Fonte: acervo fotográfico NEPEC (2013)

Realização:



Universidade Federal
de Campina Grande



Centro de
Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido



